

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

ANGELA REGINA PINTO

**ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SILENCIAMENTO EM
BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS**

Pouso Alegre - MG

2021

ANGELA REGINA PINTO

**ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SILENCIAMENTO EM
BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS**

Dissertação submetida à Banca de Defesa de Mestrado na Linha de Pesquisa de Análise de Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Chiaretti

Pouso Alegre - MG

2021

Pinto, Angela Regina.

Organização, funcionamento e silenciamento em bibliotecas do Instituto Federal do Sul de Minas / Ângela, Regina Pinto. -- Pouso Alegre: Univás, 2021.
83p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Área de concentração: Linguagem e Sociedade: Análise de Discurso, Universidade do Vale do Sapucaí, 2021.

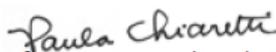
Orientadora: Orientadora: Profa. Dra. Paula Chiaretti

1. Institutos federais. 2. Instituto Federal do Sul de Minas. 3. Criação das bibliotecas do IFSULDEMINAS. 4. Análise de discurso. 5. Silenciamentos.
I. Título.

CDD - 020

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SILENCIAMENTO EM BIBLIOTECAS: A BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS – CAMPUS INCONFIDENTES” foi defendida em 13 de julho de 2021, por ANGELA REGINA PINTO, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98014475, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Paula Chiaretti

Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Lidia Noronha Pereira

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Examinadora



Profa. Dra. Rosimeire Aparecida Soares Borges
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinadora

À Maria Eduarda, minha filha, amor incondicional.
A toda minha família, alicerce que me motiva a viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, responsável principal pelo dom da vida, saúde e oportunidades concedidas a mim. Sem Ele, nada se concretiza!

À Maria Eduarda, minha filha, pela presença constante em minha vida, pelas vezes em que soube compreender minha ausência, quando precisava ir às aulas. Amor para toda vida! A toda minha família, especialmente minha mãe, alicerce que me impulsiona a viver.

À Profa. Dra. Juciele Dias Pereira e ao Prof. Dr. Guilherme Adorno, com os quais tive mais contato, presentes nas primeiras orientações sobre meu trabalho em Análise do Discurso.

Em especial, à Profa. Dra. Paula Chiaretti, minha orientadora, que me recebeu e contribuiu muito para a realização desta dissertação. Obrigada pelas explicações e paciência para me ajudar.

A todos os professores do curso, pelas disciplinas ministradas, que contribuíram para minha escrita.

À banca, composta pela Profa. Dra. Rosimeire Aparecida Soares Borges e pela Profa. Dra. Lídia Noronha Pereira, por aceitar este convite e pelas contribuições em meu trabalho.

À Profa. Dra. Fabiane Jesus, pela atenção e revisão textual.

Ao(as) secretários(as) do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Guilherme Santos, Letícia Coutinho e Gislaíne Bittencourt, pela atenção e presteza.

Aos colegas de curso, Carolina Semaan e Rafael Galindo, com os quais tive mais afinidades, que me proporcionaram companheirismo e bate-papos descontraídos.

Aos funcionários do departamento de TI do IFSULDEMINAS / Campus Inconfidentes, Júlia Rodrigues, Gilcimar Daló e Silvino Pimenta, que muito me auxiliaram.

À Michele C. Almeida de Sousa, que me deu explicações sobre as formas corretas de proceder na escrita científica, realizando a formatação final. Me ajudou muito.

À Grasielle Reisdorffer, colega de trabalho que tive o prazer de ter e hoje é uma amiga. Obrigada por me ouvir sempre!

Ao IFSULDEMINAS / Campus Inconfidentes, pela parceria neste projeto de capacitação profissional, oferecendo apoio financeiro pelo Programa de Incentivo à Qualificação (PIQ).

A todos, meu muito obrigada!

Ninguém nasce sabendo: aprende-se à medida de que se vive. No mundo da leitura à leitura do mundo, o trajeto se cumpre, sempre, refazendo-se inclusive, por um vice-versa que transforma a leitura em prática circular e infinita. Como fonte de prazer e de sabedoria, a leitura não esgota seu poder de sedução nos estritos círculos da escola.

Marisa Lajolo

RESUMO

PINTO, Angela R. Organização, funcionamento e silenciamento em bibliotecas do Instituto Federal do Sul de Minas. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2021.

Nossa proposta, nesta dissertação, é analisar e compreender, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de discurso de linha francesa em sua relação com a Psicanálise, os sentidos de *biblioteca*. Descrevemos as bibliotecas da Antiguidade e Idade Média, bem como suas diversidades e o modo como suas organizações, fundamentos e funcionamentos se deram ao longo da história. Tomamos como objeto discursivo específico que busca a responder sobre um sentido de biblioteca, as bibliotecas do Instituto Federal do Sul de Minas – IFSULDEMINAS. Analisamos como suas bibliotecas foram organizadas, processos e documentos exigidos, bem como os obstáculos encontrados durante esta trajetória. Considerando que as bibliotecas têm seu funcionamento administrado e textualizado em documentos e regimentos, ocupamo-nos de sua análise discursiva. As análises mostram que os documentos que serviram de *corpus* deste trabalho buscam administrar os sentidos de *biblioteca* a partir de uma série de prescrições e definições, em última instância jurídicas, que afetam diretamente o imaginário sobre as bibliotecas. Observamos tal movimento de constituição de sentidos nos quais a repetição de alguns verbos descritos em tais documentos materializa efeitos de sentidos específicos, que se distanciam de alguns sentidos comumente empregados para falar sobre a biblioteca, na medida em que discursivizam as funções a serem realizadas por elas. Buscamos, além disso, dar especial ênfase aos silenciamentos que essa administração do sentido produz em uma biblioteca, quer seja pública, escolar, universitária.

Palavras-chave: Biblioteca. Instituto Federal do Sul de Minas. Análise de Discurso. Silenciamentos.

ABSTRACT

Our aim, in this dissertation, is to analyze and comprehend, based on the assumption of the French theoretical-methodological Discourse Analysis in its relationship with the Psychoanalysis, the library meanings. We have described the libraries of Antiquity and Middle Ages, as well as their diversity and the way which their organizations, foundations and operations took place throughout history. We've been taking as a specific discursive object that tries to answer the sense of library, the libraries of the Federal Institute of Sul de Minas – IFSULDEMINAS. We analyzed how their libraries were organized, processes and documents required, as well as the obstacles found during this trajectory. Taking into account that libraries have their functioning managed and textualized in documents and regulations, we've worked with their discursive analysis. The analyzes show that the documents that served as the corpus of this work want to manage the meanings of the library from a series of prescriptions and definitions, ultimately legal, that affect straight the imagination about libraries. We observed a constitution movement of meanings which the repetition of some verbs described in some documents materializes effects of specific meanings, which distance themselves from some senses commonly used to talk about the library, insofar as they discursivize the functions to be performed by themselves. We also want to have a special emphasis to the silencing that this administration of meaning produces in a library, whether public, school or university.

Keywords: Library. Federal Institute of Sul de Minas. Discourse Analysis. Silencing.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-ANALÍTICA	5
1.1 A Análise de Discurso.....	5
1.2 Dispositivo teórico e analítico.....	6
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS, UM LEGADO SIMBÓLICO DE EXCLUSÃO	11
2.1 Origem das bibliotecas	11
2.2. Bibliotecas na Antiguidade	14
2.3. Bibliotecas em Roma	16
2.4. O Império Bizantino e as bibliotecas	17
2.5. As bibliotecas medievais.....	18
2.6. Baixa Idade Média e as bibliotecas ocidentais.....	18
2.7. As bibliotecas na atualidade, fonte de saberes	20
2.8. Bibliotecas Universitárias no Brasil.....	22
3 CAPÍTULO: AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFS)	24
3.1. Constituição das Bibliotecas do IFSULDEMINAS.....	24
3.2. Infraestrutura, acervo e acessibilidade nas bibliotecas do IFSULDEMINAS	25
3.2.1 Política de acesso e utilização do acervo	26
3.2.2 Política de atualização do acervo	26
3.2.3 Política de informatização do acervo	28
3.3. Algumas atividades essenciais	33
3.3.1 Processamento técnico	33
3.3.2 Circulação e empréstimo.....	33
3.3.3 Serviços de referência	34
3.4. Reflexões analíticas.....	34
3.4.1. Biblioteca pública ou escolar?	34
3.4.2. O usuário da biblioteca pública-escolar	36
3.4.3. Deveres dos usuários.....	38
3.4.4. Considerações sobre o acervo: Acervo para quem?.....	41

CAPÍTULO 4: O SILENCIAMENTO NAS BIBLIOTECAS	43
4.1. Sobre o silêncio	43
4.2. A presença das bibliotecas nas instituições de educação	44
4.3 Silenciamentos das e nas (infra)estruturas da Biblioteca Campus Inconfidentes ...	46
4.4. O silenciamento de práticas de estudo na relação com o espaço físico da biblioteca	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
ANEXOS	59

APRESENTAÇÃO

A transmissão de conhecimento faz parte da natureza humana. O homem, como ser social, é afeito à passagem do tempo e conhecedor da sua efemeridade, e busca meios para transmitir aquilo que sabe. Desde a aurora dos tempos, esta transmissão de conhecimento adquiriu uma simbologia própria, ou, melhor dizendo, uma ritualística que permanece até os dias atuais na forma de bibliotecas, local que, sem dúvida, é o depósito atual do conhecimento humano. Partindo dessa premissa a presente dissertação toma como objeto o seguinte questionamento: será a biblioteca um espaço único e exclusivo para disseminar a informação? Hoje esse setor tão imprescindível dentro de uma instituição de ensino pode e deve ser representado de diversas maneiras, destacando que ela pode ultrapassar as quatro paredes e ser resignificada. Ela pode ser representada sob forma da oralidade, contação de histórias e estar presente em praças, ruas ou em estabelecimentos diversos onde quer que haja pessoas circulando.

A história das bibliotecas acompanha a própria historiografia do poder, pois o conhecimento, nesta tradição ritualística de transmissão, sempre esteve associado a pequenas castas ou classes sociais. Seria recente a ideia do conhecimento livre e universal em bibliotecas públicas e acessíveis (CASSON, 2018). As bibliotecas configuram-se como uma organização do conhecimento que devem atuar no sentido de favorecer o crescimento social.

Mesmo que, no caso do Brasil, normas e políticas públicas venham à baila no sentido de tornar o conhecimento um bem acessível a todos, ainda paira nos edifícios das bibliotecas um sentimento solene de aquisição de poder, algo visível em todo o processo histórico de constituição das bibliotecas atuais. Diante disso buscamos compreender a constituição das bibliotecas, especialmente as bibliotecas do Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), a partir também de seus funcionamentos, silenciamentos, e de administração dos saberes.

Sou bacharel em Biblioteconomia pelo Centro Educacional Comunitário Formiguense (localizado na cidade de Formiga/MG, atual UNIFOR/MG, com especialização em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação (realizada na mesma instituição). Meu primeiro trabalho como bibliotecária foi na UNIFENAS - Universidade de Alfenas. Minha trajetória nessa instituição acrescentou muito à minha vida profissional. Vi de tudo um pouco, trabalhei com processamento técnico, como

bibliotecária de referência, responsável pelo setor de circulação de materiais e quadro de pessoal.

Quando comecei a trabalhar nesta instituição, a biblioteca funcionava de forma improvisada em duas salas de aula. Com o passar do tempo, devido à necessidade de abrigar o acervo de 22 cursos, o espaço físico tornou-se insuficiente. Foi construído, um novo prédio. O acervo até aquele momento contava com mais de 60 mil exemplares, sem contar outros tipos de materiais. Com o aumento do fluxo de alunos, os trabalhos a serem realizados eram muitos. Dentre tantos serviços, me identifiquei mais com o processamento técnico dos livros, atividade que dentro de uma biblioteca é imprescindível por trazer muitas informações sobre o acervo e a forma de organização e disponibilização dessas informações aos seus usuários.

Em meados de 2010 saí desta instituição e entrei para o Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Inconfidentes. Antes da expansão para Instituto Federal, era uma escola agrotécnica que ofertava apenas cursos de nível médio e técnico profissionalizante; passando a partir de 2008, ofertar também cursos de nível superior. Por isso, foi necessário reestruturar e organizar suas bibliotecas. Hoje, a instituição conta com oito campi, todos possuem uma biblioteca, quatorze bibliotecários, que distribuídos entre esses *campi* trabalham procurando atender à demanda que cresce a cada dia.

Ao longo da minha trajetória como bibliotecária, uma contradição sempre resurgiu, ao mesmo tempo que a biblioteca é considerada um dos espaços mais importantes dentro de uma instituição de ensino, ela me parece ser continuamente desvalorizada. Essa contradição entre importância e desvalorização pode ser generalizada para todas as bibliotecas, independente de suas tipologias. Representada como fonte de informação e conhecimento, a biblioteca também se apresenta muitas vezes de forma precária, como uma espécie de depósito de todo tipo de material bibliográfico, nem sempre apto a ser utilizado. Assim, os discursos que circulam a respeito das bibliotecas podem estar representados em muitos silenciamentos e formas polissêmicas, entre discursos autoritários e polêmicos.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos, nos quais teoria e análise são estudadas e apresentadas em um movimento de ir e vir. No primeiro capítulo, abordamos conceitos teóricos nos quais esta pesquisa se fundamenta: a Análise de Discurso de Linha Francesa, com as tipologias dos discursos, sentidos nas bibliotecas, processos da linguagem (paráfrase e polissemia), posição do sujeito, silenciamentos, segundo a tipologia de Eni Orlandi e Michel Pêcheux. Também apresento o *corpus* deste trabalho,

constituído pelos seguintes documentos: 1) lei no. 11. 892/08¹ (Lei dos Institutos Federais), 2) lei no. 12.244/10² (que institui as bibliotecas públicas no Brasil), 3) Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFSULDEMINAS³ e 4) Política de Formação e Desenvolvimento Coleções⁴ (Ver Anexo).

No segundo capítulo falamos um pouco sobre as origens das bibliotecas, desde as primeiras bibliotecas dos séculos passados, da Antiguidade e Idade Média, até nosso contexto atual. Destacamos o IFSULDEMINAS com a criação e reorganização de suas bibliotecas pela Comissão Geral de Bibliotecas (COGEBI), sendo essas bibliotecas setores responsáveis com missão de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No terceiro e último capítulo, são apresentadas as análises dos recortes dos documentos, divididas por temas discursivos de acordo com as regularidades que apresentam e com elementos que se destacam nas análises desse processo, tais como: sujeito aluno/usuário na materialidade discursiva da biblioteca, sentido de público, as questões que envolvem os usuários e os silenciamentos. Buscamos compreender qual é a representatividade atual da biblioteca institucional. Para isso, analisamos tais documentos elaborados para sua regulamentação a partir de 2010.

Com o passar do tempo, as bibliotecas foram conquistando cada vez mais espaço nas instituições de ensino. Deixaram de ser aquele lugar compreendido apenas como espaço de empréstimos e guarda de livros para se tornarem mais dinâmicas, centros de referência e disseminadoras de informação. Infelizmente muitas escolas ainda não têm uma biblioteca que possa atender à demanda de seus usuários. As bibliotecas devem ser inseridas nas instituições de ensino e devem ser valorizadas, fazendo com que todos que ali frequentam conheçam suas potencialidades e suas formas de utilização. Deve prezar pela qualidade de seus serviços, tendo como prioridade a satisfação de seus usuários.

Todas as bibliotecas devem exercer um papel primordial e dar suporte ao ensino difundido nas salas de aula. Elas exercem um papel social determinante para a inclusão dos indivíduos na sociedade. Além disso, com a evolução da tecnologia e do conhecimento humano, muitas bibliotecas, principalmente as universitárias, têm se adaptado às inovações e expandido seus serviços; com isto, ofertas de informação são disponibilizadas não somente em materiais impressos como também em diversos meios digitais.

¹ BRASIL, 2008.

² BRASIL, 2010.

³ BRASIL, 2013.

⁴ BRASIL, 2014.

Mobilizando e relacionando conceitos da Análise de Discurso, buscamos explorar os processos de como funcionam tais bibliotecas, como centro de informação e conhecimento, bem como seus espaços de produção de sentidos.

CAPÍTULO 1: Fundamentação teórico-analítica

1.1 A Análise de Discurso

A Análise do Discurso surgiu na França, na década de 1960, tendo como seu principal pensador o filósofo Michel Pêcheux. Ele se baseou em outros estudos realizados por pesquisadores como Althusser, pesquisador renomado da época, como também Foucault que se engajou em seus conceitos de discurso no mesmo contexto. A Análise do Discurso atravessou fronteiras e movimentou o campo das Ciências Humanas, constituindo-se como uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2012). Sua reflexão se situa na relação entre a Linguística e a Teoria do Discurso, articulando três regiões do conhecimento:

1. Materialismo histórico: teoria das formações sociais e de suas transformações compreendidas como teoria das ideologias;
2. Linguística: teoria dos mecanismos sintáticos dos processos de enunciação;
3. Teoria do Discurso: teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

“A Psicanálise está instaurada também entre essas regiões do conhecimento pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.” (ORLANDI, 2012, p. 20).

Para Orlandi, (2012), a linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem: ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria.

Esta afirmação é fundamental para a Análise de Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a termo, isto é, não se passa diretamente de um para outro. Por outro lado, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. (ORLANDI, 2012, p. 19).

No Brasil, esse campo foi apresentado e desenvolvido por Eni Orlandi, ganhando impulso e se espalhando em várias instituições de ensino. Como analista de discurso, lecionou, ensinando sobre essa nova disciplina. Professora e autora de diversas obras sobre Análise de Discurso se tornou referência sobre o tema aqui no Brasil.

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem, com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2012, p. 15).

De acordo com Orlandi (2012, p.15) “A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”.

A autora ainda ressalta que “Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2012, p.16).

1.2 Dispositivo teórico e analítico

De acordo com Pêcheux (1988), o discurso é efeito de sentidos entre locutores. Segundo Orlandi e Lagazzi (2006, p. 140), “dizer que o discurso é efeito de sentido entre locutores significa deslocar a análise de discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação”. Segundo Orlandi (2012, p. 16) “a Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”. Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia.

Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. Para Orlandi (2012, p. 17), “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua produz sentidos”. Entendemos como ideologia um mecanismo que produz para o sujeito, conforme a posição que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece evidente, isto é, natural, como se fosse “normal” para ele enunciar daquele lugar. Orlandi afirma que:

O discurso implica o lugar de onde se fala, a pessoa que fala, o que “esse lugar”, esse sujeito representa na sociedade. De porte de tudo isso, podemos começar a compreender o significado do dito, pois tentaremos compreender também o “não-dito”, o que precisou ser omitido, mas que revela muito do discurso. É a partir daí que poderemos compreender as contradições da fala (ORLANDI, 2012, p. 59)

A seguir, passamos para alguns dos conceitos que compõem o nosso dispositivo analítico.

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (ORLANDI, 2012, p. 64).

Em uma pesquisa na Análise de discurso, um dos primeiros pontos a considerar é a constituição do *corpus*. Entende-se por *corpus* o conjunto de documentos sobre determinado tema; é uma composição de materiais que, dado o conhecimento prévio do pesquisador, são considerados pertinentes aos propósitos da pesquisa. Devemos compreender o *corpus* como um gesto analítico próprio à pesquisa, que responde aos objetivos propostos.

Courtine (2009) define *corpus* como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo. No caso de seu trabalho e de analistas contemporâneos a ele, restringe-se aos discursos produzidos por órgãos de imprensa ou porta-vozes de partidos políticos da esquerda francesa. Como afirma, “há discursos que jamais serão objetos de análise alguma, outros, ao contrário, pelos quais os analistas do discurso são ávidos” (COURTINE, 2009, p. 55). No entanto, passamos a uma definição mais ampla do *corpus*. Orlandi (2012, p. 62) diz que a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos”. E continua: “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedade discursivas”. “O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte” (ORLANDI, 2012, p. 62).

Neste trabalho, o *corpus* foi constituído a partir de uma série de materiais que foram elencados para responderem à questão que orienta a pesquisa: como se constitui o sentido de *biblioteca* no contexto específico do IFSULDEMINAS? Analisamos documentos que foram criados pelos bibliotecários desta instituição, como o Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (BRASIL, 2013), que rege seu funcionamento e descreve suas funcionalidades e serviços prestados. Também incluímos outros documentos relevantes, referentes às bibliotecas de modo geral. Realizamos recortes, para obter os enunciados que analisamos para compreender como são significadas as posições sujeito-bibliotecário e sujeito-usuário. Lembramos que o sentido de usuário pode, por exemplo, se constituir em diferentes posições sujeito, que se significam em diferentes

condições de produção de sentidos. Procuramos compreender como se dá o processo de produção de sentidos para *biblioteca*, na relação com a memória discursiva, já-lá.

Consideramos que o sentido não é um conteúdo da linguagem verbal ou não-verbal: é um efeito, determinado pela posição do sujeito conforme as condições de produção. A produção dos sentidos se vincula às condições de produção, que são constituídas pela articulação entre o contexto amplo (que diz respeito ao aspecto sócio-histórico-ideológico) e o contexto estrito (circunstâncias enunciativas imediatas), conforme nos mostra ORLANDI (2012).

A noção de recorte também nos é cara, uma vez que se refere a um gesto próprio do analista, que interpreta e compreende a produção dos sentidos. Cada analista faz um gesto de leitura diferente do outro. De acordo com Orlandi (1984, p. 14), o recorte é “uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação”. Para a autora, cada texto é um conjunto de recortes discursivos que se entrecruzam e se dispersam. “O texto é o todo que organiza os recortes (...). Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução” (idem).

Um outro conceito importante é o de interpretação:

[...] podemos dizer que a interpretação aparece em dois momentos da análise: em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação [...]. Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação (ORLANDI, 2012, p. 60).

Fazem parte ainda do dispositivo analítico aqui mobilizando os conceitos de paráfrase (o mesmo) e polissemia (o diferente) (ORLANDI, 2012). A paráfrase é uma produção de efeitos de sentido na memória do dizer, um sempre retorno ao já dito na enunciação e um discurso que, pela inscrição na História, possibilita a realização e a ancoragem do dizer no intercurso. Pertence à ordem da memória discursiva. Se há paráfrase, é porque existe produtividade na linguagem. Nesta formulação, o sujeito retoma um dizer e o reformula preso a mera variação. Sabemos que não há sentido sem paráfrase, já que a paráfrase torna o dizer inteligível, pois permite que se ancore na rede de sentidos em que previamente circulou (ORLANDI, 2012, p.36).

No caso da nossa pesquisa, a que rede de sentidos se ancora o termo *biblioteca*, que aparece nos discursos dos documentos que analisamos?

Perguntamos: como essa biblioteca é (re)significada nos documentos? Esse movimento de deslocamento está relacionado ao funcionamento da polissemia, a partir

da qual há a possibilidade do diferente. A polissemia é da ordem da ruptura, do deslocamento, e abre caminhos com seus efeitos de sentidos enunciados em processos de (re)significação, no contato com o simbólico nos discursos em seus funcionamentos e tipos, dando espaço para a deriva, o deslizamento de sentido, o sentido outro (ORLANDI, 2012).

Os deslocamentos e ruptura de sentido, por sua vez, se justificam pelas condições de produção. As condições de produção são relevantes para a compreensão dos sentidos, uma vez que nos permitem interpretar de forma teórica o momento (histórico, social) em que os sentidos são produzidos. De acordo com Orlandi:

[...] as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção são fundamental (ORLANDI, 2012, p. 30).

Ainda Orlandi (2012), salienta que as condições de produção envolvem um sentido estrito e também o contexto imediato, as circunstâncias da enunciação. Em seu sentido amplo, incluem o contexto sócio-histórico, ideológico, ou seja, o contexto mediato. No caso desta pesquisa, os documentos analisados se dirigem a sujeitos específicos, constituindo determinados sentidos para *biblioteca* e seus usos.

Analisando processos de repetição e deslocamento dos sentidos, podemos compreender um processo de silenciamento e interdições que são produzidas. Por isso, retomamos também o conceito de silêncio proposto por Orlandi (2007). A Análise do Discurso trabalha também com as questões do silêncio, do silenciamento, compreendendo-o não como ausência de barulho, de sons, mas como um movimento do discurso que produz sentidos outros. Dito de outro modo: o silêncio não se reduz à ausência de palavras. E, quando presentes, entendemos que as palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio. Quando se diz algo, as palavras são atravessadas pelo silêncio. E esse silêncio “fala” por elas. Ou seja, um discurso pode vir carregado de vários sentidos, de ditos que não ficam claros, atestando o movimento do dizer. Para Orlandi:

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre “um e o múltiplo”, o mesmo e o diferente entre paráfrase e polissemia. E o movimento por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se entremeio entre a ilusão de um sentido só (ORLANDI, 2007, p. 17). O silêncio, é a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação de “um” com o múltiplo”, que aceita a reduplicação e os deslocamentos que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007, p. 24).

O silêncio em diferentes momentos faz parte do discurso, mas muitas vezes passa despercebido, por conta de um pensamento/discurso individual que procura não causar objeções negativas diante da sociedade e do contexto político. O silêncio é constituído por determinadas condições, e a fala também pode ser silenciada pela posição ideológica em que o sujeito se inscreve. Muitas vezes não se fala para não causar confronto. Entendemos que o silêncio não é transparente e que a fala é silenciada em vários níveis. Para Orlandi (2007, p. 29), “o silêncio é o real do discurso. O homem está condenado a significar com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à interpretação”.

Orlandi (2007) afirma ainda que o silêncio é a própria condição para a produção de sentidos. É um espaço diferente da significação, que permite à linguagem significar. Segundo Orlandi (2007),

1 - O silêncio não fala, ele significa, pois há efeitos de sentidos em suas relações com seus interlocutores. Ele é traduzido em palavras. O sentido do silêncio é compreendido em análises discursivas.

2 - Ele é dividido em duas formas: fundador e política do silêncio.

O fundador é aquele que torna a significação possível, e a política do silêncio determina cisões entre o dizer e o não- dizer. Subdivide-se em:

a) silêncio constitutivo: todo dizer cala necessariamente algum sentido.

b) silêncio local (censura): sempre coloca um “outro” no jogo. A censura se dá na relação entre o dizer e o não poder dizer. O silêncio da censura não é ausência de informação, mas interdição.

3 – Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso, não permitir que enuncie causando rupturas na relação de sentidos.

A partir dessas considerações sobre a perspectiva da Análise de Discurso, percebemos que vivemos em uma sociedade constituída a partir de diversas relações de força que produzem sentidos que, por sua vez, se constituem e se deslocam, em um processo constante e histórico. O interessante é que cada um, ao observar um mesmo material, interpreta de formas diferentes: um dito pode ser interpretado de várias maneiras, dependendo do lugar que o sujeito ocupa, de onde fala. No meu caso, como bibliotecária e analista de discurso, tento descrever e interpretar o *corpus* das as bibliotecas, especialmente as do IFSULDEMINAS. Ao fazer a análise do termo *biblioteca*, podemos compreender como está sendo significada na instituição de ensino, através dos deslocamentos e silenciamentos produzidos pelas diferentes percepções.

CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS, UM LEGADO SIMBÓLICO DE EXCLUSÃO

Falamos sobre a perspectiva histórica das bibliotecas e o legado deixado por elas na humanidade, a fim de compreender seu sentido nos dias de hoje. Damos especial ênfase às bibliotecas localizadas em instituições de ensino. À medida que a biblioteca conserva materiais (livros, códices etc.), podemos dizer que acumula o conhecimento? Além disso, pensando no contexto mais específico das bibliotecas escolares e universitárias, com as quais nos ocuparemos com mais afinco neste trabalho, colocamos as seguintes questões: qual representatividade a biblioteca exerce nas instituições escolares atuais? Será que, ao longo da história, assumiu outros sentidos, diferentes dos que foram trazidos pelos nossos antepassados?

2.1 Origem das bibliotecas

Morigi (2005) descreve em seus estudos o termo *biblioteca*, de origem grega: *biblíon* significa livro, e, *teke*, caixa ou depósito, definindo-a, então, como depósito de livros (HOUAISS, 2001). Porém, nem só de livros foram compostas as bibliotecas da Antiguidade. Os suportes de informação destinados ao homem foram constituídos por diversos materiais, tais como: tabletes de argila, rolos de papiro e pergaminho e os enormes códices que eram enclausurados nos mosteiros medievais. Apesar de armazenar esses materiais, as bibliotecas da Antiguidade e/ou medievais não dispunham de sistemas de recuperação e acesso aos documentos, além do que não eram de domínio público. O dicionário Aurélio define a palavra biblioteca como:

[...] Coleção de livros que se dispõe de maneira ordenada. Local onde essas coleções são guardadas. Edifício público ou particular onde é possível consultar, ler ou pegar emprestado, livros: biblioteca municipal. Conjunto das obras de um grande autor ou área: biblioteca do romantismo (AURÉLIO, 2021, s.p.).

Outros autores como Martins (2011), Silveira & Reis (2013) afirmam também que a palavra teve origem do latim e tem significado semelhante ao grego, ou seja, depósito de livros. O sentido contemporâneo da palavra *biblioteca* a relaciona à compilação de dados que podem ser registrados de muitas maneiras, não só nos livros. O livro eletrônico, por exemplo, conhecido como e-book, é um dos meios mais recentes, com acesso disponível a muitos leitores, permitindo que a biblioteca chegue àqueles que estejam longe dela. Machado e Pinho, (2021) comentam que:

A biblioteca, ou seu sentido, refere-se também à grande variedade de coleções bibliográficas e aos diferentes fins e usuários. A maioria das nações desenvolvidas dispõe de bibliotecas de vários tipos: nacionais, universitárias, públicas, escolares e especializadas. Quase sempre, estão interligadas nacionalmente e, por meio de associações profissionais e de acordos estabelecidos, desenvolvem programas de cooperação e intercâmbio extensivos a outros países. Além dessas, existem as inúmeras particulares, que se tornaram objeto de estudo histórico, devido ao grau de importância dado à leitura e para o historiador tomar conhecimento sobre o que se lia em determinada época (PINHO & MACHADO, 2021, s.p).

Martins (2001) afirma que havia dois gêneros de bibliotecas: as de conservação, ou seja, as nacionais (responsáveis por armazenar livros, documentos raros e manuscritos disponíveis apenas para especialistas) e as bibliotecas de consumo (acessíveis a todos os leitores comuns, de domínio público).

É importante dizer que as bibliotecas da Antiguidade não tinham diferença das bibliotecas do período medieval. Ambas se caracterizam como locais para guardar documentos e não contavam com nenhum recurso para encontrá-los. Além disso, as únicas pessoas que tinham acesso aos escritos de intelectuais gregos, romanos e egípcios eram os imperadores que residiam nas regiões onde as bibliotecas se localizavam. (MARTINS, 2001). Uma das bibliotecas da época era a de Alexandria (MARTINS, 2001).

Na Idade Média, as questões sociais e econômicas eram centradas na Igreja. A sociedade era composta pelo clero, pela nobreza e pela plebe. Destas três classes, apenas duas se interessavam pela leitura: o clero, que monopolizava o conhecimento, e a nobreza, junto aos militares, que, apesar de se interessarem, sofriam preconceito por tentar ler. Naquele período é importante lembrar que a oralidade ainda prevalecia no Ocidente (MARTINS, 2001). As bibliotecas estavam sob domínio do clero, e não estavam disponíveis para que a população as pudesse acessar:

[...] as primeiras bibliotecas medievais encontravam-se dentro de mosteiros e o acesso ao material era permitido apenas aos pertencentes às ordens religiosas ou pessoas que fossem aceitas por estas. Mesmo assim, as obras existentes em seu acervo eram controladas, pois algumas delas eram consideradas de natureza profana. O controle também se estendia ao trabalho dos escribas que se ocupavam com a transcrição de manuscritos clássicos. As bibliotecas monásticas também existiram no Oriente Próximo, são as chamadas bibliotecas bizantinas. Eram igualmente mantidas por monges, mas nas quais, segundo parece, a contaminação profana era muito maior e mais fácil e durante o período medieval no Oriente também existiram as bibliotecas particulares mantidas por imperadores e que, curiosamente, eram carregadas em suas viagens como parte de sua bagagem (MORIGI; SOLTO, 2005, p.191).

A alfabetização e a escrita eram destinadas a poucos, sendo então a leitura uma atividade restrita (MORIGI, 2005). Ainda de acordo com os autores (MORIGI; SOLTO, 2005), com o número de estudantes universitários aumentando, também crescia a

produção intelectual. No entanto, o fato de os livros serem manuscritos dificultava a sua reprodução. É importante dizer que os documentos das bibliotecas sofreram modificações à medida que o homem foi se desenvolvendo. O códice, por exemplo, substituiu as folhas de pergaminho. Com o Renascimento, a tecnologia do tipo móvel criada por Gutenberg passou a se disseminar. Livros em papel e impressos começaram circular cada vez mais. Consequentemente, o conhecimento das letras foi difundido e chegou a classes menos favorecidas (MILANESI, 2002, p. 25). Quanto mais as pessoas liam, mais conhecimentos eram produzidos e difundidos.

Morigi (2005) ressalta que a biblioteca universitária sofreu interferência da Renascença. Logo no século XVI, a Ciência começou a se desenvolver, e isso esclareceu muitos dos posicionamentos impostos pela Igreja. Com isto, o retorno da cultura clássica findou questões voltadas aos seres humanos e suas necessidades. As concepções teocêntricas deram lugar às antropocêntricas e o aumento demográfico aumentou a tradição escrita, junto à difusão do papel. Neste contexto, o uso da biblioteca universitária foi democratizado e ofereceu autonomia a seus envolvidos.

A biblioteca moderna trouxe consigo o bibliotecário, reconhecendo-o como profissional. Até meados do século XIX, empregavam-se eruditos e escritores para esta função. Posteriormente, em decorrência da especialização do público e do acervo, surgiu uma formação especializada a fim de garantir um bom uso da biblioteca (MARTINS, 2001). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, marcado pelo crescimento das tecnologias, a informatização passou a fazer parte das bibliotecas com o intuito de auxiliar nas atividades ali contempladas. Mais tarde, com a internet, os bibliotecários contaram com a possibilidade de otimizar processos, melhorar o acesso aos documentos e principalmente ampliar a disseminação das informações, mudando o paradigma de informações restritas a documentos impressos.

Como descreve Morigi (2005), se, anteriormente, a biblioteca era entendida como um depósito de livros, com as inovações tecnológicas ela passa a ser vista de outra forma: oferece “serviços de referência à distância, obras digitalizadas, acesso a catálogos, as bases de dados online, serviço de comutação com outras bibliotecas etc.” (MORIGI, 2005, p.189-206). Ainda segundo o autor, com estas mudanças, novos termos que se referem à biblioteca e ao bibliotecário surgem. No entanto, são muito mais utilizados no meio acadêmico; outros usuários ainda utilizam os termos anteriores. A biblioteca passa a ser também denominada como “unidade de informação” (idem, p.189.)

Para entendermos o funcionamento das bibliotecas como elas são hoje, adentramos em seu universo histórico e falamos um pouco sobre as bibliotecas da Antiguidade no subtópico a seguir.

2.2 Bibliotecas na Antiguidade

As bibliotecas nasceram da necessidade de conhecer, inerente aos seres humanos. Escavações arqueológicas e relatos de antigos historiadores descrevem a presença de grandes bibliotecas desde o terceiro milênio antes de Cristo (BARBIER, 2018). Deodoro da Sicília, historiador do mundo Antigo, fala-nos sobre a existência de uma biblioteca em Mênfis, bem como de arquivos do estado, tanto no Egito como na Caldéia-Assíria. Arquivos e livros eram mantidos juntos, há mais de 4.000 anos. Nas ruínas de Tebas, no palácio de Ramsés II, as construções remanescentes atestam também a existência de uma grande biblioteca (BATTLES, 2003).

Em Edfu, no Alto Egito, foi encontrada no templo de Hórus uma sala cujas paredes estavam repletas de inscrições com títulos de livros, como uma espécie de catálogo das obras de uma geração inteira de faraós. Em Tell-El-Amarna, também no Egito, encontraram nas ruínas, em uma espécie de biblioteca, a correspondência diplomática dos reis Amenhotep III e IV, ambos do segundo milênio A.C., na língua acadiana (a língua da diplomacia da época), em escrita cuneiforme, usada por caldeus e hititas (BATTLES, 2003).

Nos dias atuais, existe um imenso número de escritos na biblioteca de Sargão II (Século VIII A.C.), compilados por Assurbanipal, tido como o mais culto dos reis assírios. Nas margens do Eufrates, em Nippur, ao redor do templo, partes da grande biblioteca foram escavadas e encontraram arquivos como tabuletas sumérias e caldeus-assírias, originalmente em caixas de óleo ou argila e embebidas em óleo combustível para evitar os efeitos do tempo e da umidade. (BATTLES, 2003). A maior parte das bibliotecas do vale do Crescente Fértil foi exemplo de organização até para os padrões atuais: cada grupo de tábuas foi organizado por assunto, ano, interesses dos escribas e necessidades dos engenheiros e construtores da época (LYONS, 2011).

Com o advento e difusão do alfabeto, o livro, em forma de pergaminho, fez com que os espaços se tornassem centros irradiadores de conhecimentos acumulados. (BARBIER, 2019) No mundo helenístico, duas bibliotecas se destacaram e são comumente citadas como fontes de conhecimento na Antiguidade (LYONS, 2011). A

mais conhecida, a biblioteca de Alexandria no Egito, foi considerada a maior do mundo antigo. Foi fundada por Ptolomeu I (305-283 A.C.). O espaço contava com mais de 700.000 obras de Ciências Naturais, Literatura, Filosofia, Direito etc. Eram obras diversas em sua origem, pertencentes aos egípcios, caldeus-assírios, hebreus e persas, com traduções gregas. Além dos pergaminhos, uma grande coleção de obras de arte adornava o prédio da biblioteca (BARBIER, 2019).

O objetivo da famosa biblioteca, contudo, era menos nobre que seu acervo. Após as conquistas de Alexandre, o interesse dos governantes foi o de promover uma transformação no pensamento egípcio, que deveria ser substituído pelo grego. Às classes mais favorecidas do reino sob o jugo helênico, foi ensinado o Cânon Alexandrino, uma compilação de obras de escritores gregos ou traduções gregas de outras obras consideradas de envergadura superior (BARBIER, 2019).

Ao povo de modo geral foi sonogada a partilha do conhecimento contido na biblioteca. Pior do que isso: após sucessivas invasões, a biblioteca foi totalmente destruída e o restante de seu acervo serviu para abrasar os banhos de Amr Ibn al-Khattab, califa árabe convertido ao Islã conhecido como o conquistador de Alexandria, que teria dito a famosa frase a respeito da grande biblioteca: “se nela há tudo aquilo que no Alcorão está, pode ser destruída, pois existe o Alcorão; se não, ainda mais inútil é” (CASSON, 2018).

A segunda grande biblioteca da antiguidade, que chegou a rivalizar com a de Alexandria como farol de conhecimento no mundo antigo, foi a biblioteca de Pérgamo. A cidade atualmente se localiza na Turquia, oeste da Ásia Menor, não muito distante da famosa Tróia (BATTLES, 2003). Pérgamo sofreu com a inveja egípcia, a ponto de ser proibida a exportação de papiro para aquela localidade. A cidade, importante para o cristianismo primitivo, com participação direta do Apóstolo São Paulo em sua cristianização, chegou à derrocada quando foi tomada por Marco Antônio. A biblioteca, símbolo da cidade, foi queimada e as obras que puderam ser salvas não sobreviveram ao tempo (CASSON, 2018). Segundo Chartier:

A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. Dos autos-de-fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores [...]. A força do escrito é de ter tornado tragicamente derrisória esta negra vontade (CHARTIER, 1998, p. 23).

A partir deste ocorrido pode-se dizer que as bibliotecas muitas vezes são vistas além de depósito de livros: inclui conhecimentos, segredos e o poder que elas contemplam, uma vez que seus documentos armazenam memórias, histórias e informações que, de alguma maneira, afligem sistemas que têm por objetivo dominar a sociedade.

No século XVI, encontramos um processo muito interessante de Etiénne Dolet. Ele foi condenado à fogueira por ser impressor e autor. O fato dele ter sido autor de prefácios de obras de autores protestantes esteve indissociavelmente ligado ao fato de ter sido editor de textos heterodoxos. Terminou na praça Aubert, em Paris, em uma fogueira onde foi queimado junto com livros que ele havia publicado ou prefaciado. A autoridade católica interveio com toda a força e criou instrumentos que lhe permitiam exercer o poder de censura (CHARTIER, 1998).

2.3 Bibliotecas em Roma

O gosto pela leitura e pelas bibliotecas não estava presente nessa civilização, romana. Com a ocupação da Grécia e da Macedônia em 146 A.C., houve uma assimilação da cultura e do modo de vida grego. Muitos manuscritos foram coletados nas incursões militares romanas e levados até a capital do império, onde bibliotecas particulares tinham alto status. Na transição da Velha República para o Império, César se mostrava um entusiasta das bibliotecas e decidiu abrir uma grande biblioteca pública em Roma. Após sua morte o empreendimento foi abandonado, e Asinius Pollio, escritor e poeta no ano 39 A.C., retomou as discussões sobre a construção do Templo da Liberdade (CASSON, 2018). Roma vinculava suas bibliotecas públicas aos templos, e, depois, aos banhos públicos, locais frequentados pela alta sociedade da época, o que excluía o cidadão médio do convívio com o saber (LYONS, 2011).

Durante o reinado de Augusto, outras bibliotecas públicas ligadas aos templos de Apolo, no monte Palatino e na entrada do Campo de Marte, foram inauguradas. As obras, mais do que edificações que abrigariam livros, se destacavam pela função de homenagear pessoas da corte ou eventos como batalhas (CASSON, 2018). Cada biblioteca romana era dirigida por um bibliotecário, auxiliado por vários ajudantes. A coleção latina de manuscritos era separada da grega e de outras línguas, como forma de elevar a cultura e língua da civilização que dominava o mundo naquele momento (LYONS, 2011).

Outros imperadores – como Domiciano, que fundou a biblioteca Úlpia no Capitólio e Trajano – também ajudaram na difusão do conhecimento, pelo menos a uma pequena parcela dos súditos do Império. Contudo, povos bárbaros numerosas vezes invadiram, incendiaram e saquearam a cidade Eterna, destruindo grande parte do acervo. O que foi salvo ficou a cargo do Império Bizantino ou da Igreja Católica e seus mosteiros (BATTLES, 2003). Sobre a cultura da escrita marcada pela doutrina da igreja, Chartier nos explica:

A cultura escrita encontra-se inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade situava-se ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas. Esta “apropriação penal” dos discursos segundo Michel Foucault, justificava-se por muito tempo a destruição dos livros e a condenação de seus autores, editores ou leitores. (CHARTIER, 1998, p. 23).

Ou seja, os discursos literários da época só poderiam ser publicados se passassem pelo crivo religioso. Se fossem aprovados, a informação era compartilhada; mas, caso não fossem a favor da igreja e de sua doutrina, os escritos eram apagados ou condenados. Seguimos no subitem seguinte buscando compreender como a igreja detinha o domínio da informação e das bibliotecas.

2.4 O Império Bizantino e as bibliotecas

Questões religiosas e políticas e invasões bárbaras culminaram com a queda da parte ocidental do Império Romano. Porém, com sede em Constantinopla, Bizâncio (ou Império Bizantino) continuou a existir por quase mil anos e sua literatura cristã primitiva, em grego, latim, siríaco e copta teve um desenvolvimento notável. Ainda no século IV, São Pânfilo lançou as bases de uma grande biblioteca, dedicada aos estudos religiosos em Cesárea, cidade palestina muito importante nos primeiros séculos do cristianismo (LYONS, 2011). Constantinopla, capital do Império, contava com inúmeras bibliotecas, com destaque à situada no mosteiro Studion, centro teológico da capital, repleta de obras de literatura religiosa que serviram como pilares para a formação, séculos depois, da Igreja Ortodoxa (CASSON, 2018).

Outra biblioteca de destaque foi a de Santa Catarina, situada em um mosteiro no Monte Sinai. Na época em que foi redescoberta por pesquisadores, contava ainda com mais de 3.000 manuscritos, dentre os quais a versão mais antiga do Novo Testamento (BATTLES, 2003). E, por último, também foram relevantes as bibliotecas monásticas de

Athos, que acumularam valiosos escritos e documentos ao longo de quase 900 anos (LYONS, 2011).

O Império Bizantino existiu até 1453, quando foi anexado ao Império Turco-Otomano, evento este que contribuiu para a perda de manuscritos e documentos não valiosos ao Islão. Lembramos que Bizâncio também cultivava a seletividade de acesso às bibliotecas, que existiam apenas como aporte religioso e manutenção do *status quo* das elites dominantes (CASSON, 2018).

2.5 As bibliotecas medievais

No Ocidente, o conhecimento acumulado por civilizações antigas foi dominado pelo clero. A queda do Império Romano do Ocidente acabou por desorganizar o território europeu, fatiado em reinos bárbaros invasores (LYONS, 2011). A única instituição que resistiu às invasões foi a Igreja Católica. As bibliotecas foram transportadas para os mosteiros, onde a teologia cristã se mesclou com a filosofia grega e com o direito romano, dando forma ao Ocidente (CASSON, 2018). Famosos mosteiros existentes no período que compreende o final da Antiguidade e o início da Idade Média (Fulda, Saint Gali, Bobbio, Monte Casino, Fleury sur Loire, Cluny, Vivarium e outros) foram locais onde verdadeiros tesouros resistiram por séculos (BATTLES, 2003).

No apogeu da Idade Média, quando Carlos Magno reunificou boa parte do Império Romano, surgiram os famosos monges copistas, especialistas em desenvolver a técnica de duplicar documentos e livros antigos. Era um ofício trabalhoso, e cada frade era responsável pela tradução e cópia dos exemplares que lhes eram conferidos (BARBIER, 2018). A atividade copista dava ainda mais eco ao sentimento de exclusão. Mesmo os nobres da época eram iletrados. Os conhecimentos contidos nas bibliotecas católicas eram de exclusividade do clero, que assessorava a nobreza na condução dos reinos bárbaros (CASSON, 2018).

2.6 Baixa Idade Média e as bibliotecas ocidentais

Com o florescimento das cidades, uma burguesia comercial incipiente começou, no século XII, a oferecer resistência, ainda que tímida, ao monopólio do conhecimento da Igreja. A necessidade de uma educação sistemática fez surgir, dentro da estrutura da Igreja, as universidades. A secularização do conhecimento fez ressurgir bibliotecas em

toda a Europa, como na universidade de Paris, por exemplo, cuja biblioteca foi fundada por Robert Sorbon, capelão e confessor do Rei Luís, o Santo. Lá, manuscritos com séculos de idade eram amarrados por correntes em carteiras, formando corredores de leitura. O rei tinha sua própria biblioteca de escritos teológicos ao lado de sua capela pessoal. Esta estrutura pode ser considerada como embrião das bibliotecas públicas atuais (BARBIER, 2018).

No reinado de Carlos V (1364-1380), a primeira biblioteca pública francesa foi fundada. Seu primeiro catálogo, de 1373, continha mais de 4.000 volumes, um número muito expressivo para a época (LYONS, 2011).

O advento da prensa de Gutemberg, as panfletagens de Lutero e a sua tradução da bíblia no idioma alemão, na virada da Idade Média para a Modernidade, pareciam trazer consigo uma popularização do conhecimento e um barateamento do livro e da informação (BARBIER, 2018). Não se pode esquecer que até então os livros eram artigos de luxo, não apenas por serem bens culturais, mas também pelos próprios custos de confecção e pelo trabalho empregado. A prensa, portanto, foi produtiva para aqueles que pretendiam ter um conhecimento acessível. O livro, por sua vez, permaneceu como um objeto de honraria em certas fotografias oficiais: por exemplo, autores franceses dedicaram suas obras a François Mitterrand, com o intuito de conseguir apoio para se livrarem de perseguições. Até os dias atuais se perpetua a antiga tradição de retratar em livros pessoas que se destacam na sociedade.

O livro, na época, representava autoridade “até na esfera política, vistas ao saber que ele carregava” (CHARTIER, 1998, p. 98). A fotografia poderia ser a retomada do conjunto de códigos que governavam o retrato do Antigo Regime. Isto é observado ao fazer um estudo serial e sistemático das fotografias oficiais dos presidentes da República, seguramente inscritos na continuidade dos retratos oficiais pintados. A fotografia foi atrelada ao poder do livro como uma referência do saber (CHARTIER, 1998).

Demorou até que o livro se tornasse acessível a outras camadas sociais além da nobreza, da alta burguesia e do clero. A Reforma e a Contrarreforma causaram danos e enorme destruição de bibliotecas e abadias. Especialmente na Inglaterra, mas também na França, as perdas para a cultura universal foram irreparáveis (BARBIER, 2019). No século XVIII, a edição francesa enfrentou um desafio econômico ainda maior: a censura é bastante severa e os textos são impressos fora do reino. Os livreiros europeus, na Suíça, nas Províncias Unidas e nos principados alemães, eram especializados na publicação de

textos proibidos, que faziam entrar clandestinamente na França. Com isso, obtinham um grande lucro porque havia forte expectativa dos leitores (CHARTIER, 1998).

Outro aspecto que frustrou uma expansão do conhecimento foi a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648): a perda de livros e documentos foi considerável e o tráfico de livros entre os beligerantes foi notável. A biblioteca de Uppsala, por exemplo, nasceu dos saques ocorridos principalmente na região da Boêmia (LYONS, 2011). A idade das Luzes e o avanço das ciências naturais a partir das descobertas de Galileu, Descartes, Bacon e da geração posterior a eles (como Kant e Hegel), em conjunto com a Revolução Francesa, a Revolução Americana e a Revolução Industrial, tornaram o acesso ao conhecimento mais equidistante. Ainda faltaria muito tempo até que uma visão holística de sociedade fosse introduzida na mente humana e o conhecimento estivesse acessível a uma grande parcela do público interessado (BARBIER, 2018).

Fato, contudo, é que no século XVIII e principalmente no século XIX já se teve notícias das bibliotecas nacionais nos países ocidentais, com centenas de milhares de volumes de livros tipografados e exemplares raros que percorriam o mundo. Esta evolução foi impossível de ser rastreada nos dias atuais, devido ao número de cidades e bibliotecas. Se, por um lado, humaniza-se o conhecimento no sentido de dar oportunidade a uma maior parcela da população, em países como o Brasil é mantido aquele mesmo sentimento elitista quanto à aquisição de conhecimento. O público muitas vezes é excluído do acesso a obras de maior envergadura, por processos histórico-culturais que forjam um silêncio simbólico, como será demonstrado nos capítulos subsequentes.

2.7 As bibliotecas na atualidade, fonte de saberes

Ao findar do século XIX, as revoluções sociais, políticas e econômicas que vieram na esteira da Modernidade acabaram por eclipsar um modelo mais hermético de sociedade. As duas guerras mundiais, a queda dos regimes totalitários, a autocrítica das esquerdas e o progressismo no Ocidente fizeram emergir uma sociedade tida como líquida, ou, segundo Bauman (2001), as instituições acabaram se tornando menos rígidas. Esta tendência não passou despercebida na constituição das bibliotecas, que foram reorganizadas para atender melhor à demanda de um público menos elitizado e mais ávido por conhecimento. Em outros termos, desde meados da década de 1960, a estrutura física das instituições bibliotecárias foi repensada para promover acesso a toda população (BARBIER, 2019).

Tal mudança de eixo fez florescer espaços mais harmônicos e com menos desconforto em relação ao silêncio acadêmico e pedante das bibliotecas do passado. Também foram criadas bibliotecas itinerantes, em espaços abertos, mais próximas das comunidades, como a anunciada no jornal Correio do Estado:

Um evento gratuito promete agitar neste domingo (21) a Lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul do Rio de Janeiro, na altura do Corte do Cantagalo. Trata-se da biblioteca itinerante Livre.Ria, projeto idealizado pela agência Diálogo Urbano. O principal objetivo é um lugar de espaços públicos para levar cultura à população. “Realizar a ocupação de ambientes públicos, incentivar o hábito da leitura”, disse Bárbara Soledade, uma das criadoras da iniciativa, à Agência Brasil (CORREIO DO ESTADO, 2015, s/p).

Nota-se que esta ocupação de ambientes esteve intimamente ligada ao “dar voz”. O silêncio reinante das bibliotecas tidas como convencionais, muito mais do que em respeito aos leitores presentes, serviu como tônico para uma linguagem de opressão e cisão social. O silêncio dos ambientes foi o silêncio dos ausentes, daqueles que não tiveram oportunidades de ingresso à leitura. Este silêncio é evidenciado em pesquisas quantitativas e qualitativas, como, por exemplo:

De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, feita em 2011 em parceria entre os institutos Pró-Livro e Ibope, a leitura é a atividade escolhida para o tempo livre de apenas 28% da população. Falta de tempo, impaciência e dificuldades físicas são algumas das razões alegadas para esse baixo índice. A maior parte da população considera que bibliotecas são lugares destinados à pesquisa e ao estudo. Somente 12% dos brasileiros frequentam esses lugares por prazer. A sondagem constatou que espaços urbanos, como praças e parques, costumam ser frequentados por apenas 2% da população com o objetivo de ler. Cerca de 17% da população afirma que iriam mais a bibliotecas se elas fossem mais próximas de suas casas ou locais de trabalho (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

As bibliotecas do século XXI se destacam como espaços diversos, que visam promover cultura e inclusão. O depósito de saber deve ser um catalisador, onde a cultura se faz por meios diversos:

A biblioteca pública moderna surge também como espaço destinado a várias atividades culturais: exposições, teatro, cinema, ações de formação, conferências, por exemplo. O objetivo final é sempre facilitar o acesso à informação, promover o gosto pela leitura e pela cultura e fazê-lo da forma mais agradável, cativando, seduzindo, atraindo o utilizador (BAGANHA, 2004, p.1).

Tal modelo, que advém de um conceito de espaço aberto inspirado em bibliotecas dos países nórdicos, se afasta do hermetismo da biblioteca tradicional e de sua função somente de catalogadora de documentos. O conhecimento deve ser acessível e descomplicado.

2.8 Bibliotecas Universitárias no Brasil

Segundo Pela (2006), não se pode conceber ensino/aprendizagem sem bibliotecas: além de possibilitarem acesso à informação, têm papel relevante porquanto favorecem o desenvolvimento de potencialidades, capacitando pessoas, desenvolvendo alicerces para formarem suas ideias e tomarem suas próprias decisões. Este ponto de vista é reforçado por Silva et al. (2004, p. 135):

A biblioteca universitária está diretamente ligada ao ensino superior e é uma instituição fundamental para auxiliar no processo de aprendizagem. Sua influência está ligada ao auxílio, ao ensino, à pesquisa, ao atendimento a estudantes universitários e à comunidade acadêmica em geral. Seu papel é suprir as necessidades de informações técnicas, científicas e literárias ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Segundo Cunha (2010, p. 82):

As bibliotecas universitárias são organizações complexas, com múltiplas funções e uma série de procedimentos, produtos e serviços que foram desenvolvidos ao longo de décadas. No entanto, o seu propósito fundamental permaneceu o mesmo, isto é: proporciona acesso ao conhecimento. Esse acesso ao conhecimento é que permitirá que o estudante, o professor e o pesquisador possam realizar suas aprendizagens ao longo da vida. Porém essa biblioteca está mudando cada vez mais, diante do mundo digital.

Oliveira (2002), em seu artigo A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidades do MEC: uma análise preliminar, afirma que as bibliotecas das Instituição de Ensino Superior (IES) têm por missão o suporte de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, deve-se priorizar recursos informacionais, infraestrutura e serviços adequados. Oliveira (idem) infere que as definições legais estabelecem os limites, as possibilidades de atuação e os rumos para a estruturação de cada instituição. A autora comenta que as bibliotecas teriam as definições legais das IES como marcos de referência para definirem seus escopos de atuação e características. Oliveira complementa: estas classificações marcam a identidade e singularizam cada tipo de biblioteca. Tradicionalmente, entende-se a biblioteca universitária como a única referência para todas as bibliotecas de IES. Oliveira conceitua o ensino de Biblioteconomia e apresenta os referenciais das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, especifica quais são as exigências a serem atendidas por uma biblioteca universitária:

[...] Infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas (BRASIL, 2017)

Segundo Oliveira, o referido decreto distingue as IES e suas características, devendo-se rever conceitos e denominações das bibliotecas. A autora exemplifica: a missão de uma biblioteca de universidade difere da biblioteca de uma faculdade, que, por sua vez, difere da missão de uma biblioteca de centro universitário, em relação às exigências que devem atender.

Morigi (2004), aponta que as bibliotecas universitárias caminham para uma dependência quase que total do emprego das tecnologias de informação, comunicação e dos processos automatizados inerentes a essas tecnologias. Diante desta realidade, é quase impossível imaginar as tarefas de rotina realizadas em uma biblioteca sem o auxílio de processos automatizados, que possibilitam a conexão com a rede mundial de computadores em tempo integral.

Desta forma, as bibliotecas universitárias, ao utilizar e incorporar em suas práticas cotidianas as tecnologias de informação e comunicação, alteram as formas de sociabilidade.

Verifica-se, assim, que as bibliotecas não são sempre iguais. Ao longo da história, observamos que se modificam, deslocam, servem a diferentes projetos. Não funcionam sempre da mesma maneira. Não existe “A” biblioteca. O projeto de totalização que a biblioteca de Alexandria buscou, hoje, entende-se como falho. A que responde uma biblioteca, afinal? Respondemos de modo particular esta questão no capítulo seguinte, no qual nos dedicamos à compreensão da biblioteca no IFSULDEMINAS.

3 CAPÍTULO: AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFS)

A biblioteca não acabou. O pensamento humano, progressivamente, encontra suas formas de registro. Aumenta a população, amplia-se a porcentagem de letrados e em paralelo descobre-se como guardar na memória e como resgatar dos grandes tratados a mais pífia reflexão. Parte substancial da história é constituída pelo estudo desses registros: dos desenhos na caverna ao livro virtual. Toda essa produção como se fosse a memória da humanidade, para que não seja perdida, está sob a administração de pessoas especializadas que não só a preserva como a organiza de tal forma que a menor unidade possa ser perfeitamente localizável. Essa atividade de buscar o-que-foi-guardado e de guardar-o-que-foi-registrado e de registrar-o-que-foi-imaginado é a forma possível de manter viva a memória da humanidade, forma essa em constante aperfeiçoamento

MILLANESI.

3.1 Constituição das Bibliotecas do IFSULDEMINAS

Nesta seção, buscamos compreender a historicidade e a memória discursiva que sustentam sentidos sobre o que é esta unidade de informação que chamamos de *biblioteca*. Para isso, nos apoiamos nos seguintes documentos: 1) lei no. 11. 892/08⁵ (Lei dos Institutos Federais), 2) lei no. 12.244/10⁶ (que institui as bibliotecas públicas no Brasil), 3) Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFSULDEMINAS⁷ e 4) Política de Formação e Desenvolvimento Coleções⁸ (Ver Anexo).

A fim de abordar a constituição da biblioteca do IFSULDEMINAS, é importante relatar minha experiência, que coincide com este processo de constituição. Quando comecei a trabalhar no Instituto Federal, em 2010, fui para o Campus Inconfidentes. Com a expansão, tudo precisava ser reestruturado e os campi tinham que fazerem um levantamento de tudo o que seria necessário para atender às demandas que estariam por vir. Um dos setores que precisava ser reestruturado era a biblioteca. Cada uma das três EAFs já tinham suas bibliotecas, porém estavam desorganizadas e desatualizadas.

Com a transformação em Instituto Federal e a oferta de novos cursos técnicos e de nível superior, surgiu uma nova demanda: pensar na atualização dos acervos

⁵ BRASIL, 2008.

⁶ BRASIL, 2010.

⁷ BRASIL, 2013.

⁸ BRASIL, 2014.

juntamente com os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs enquadrando tais bibliotecas às exigências do Ministério da Educação.

Em reuniões entre os bibliotecários, que ocorriam com frequência, foram discutidos vários assuntos a respeito do que poderia ser feito. Nas reuniões contávamos com a presença do Pró-Reitor de ensino, para que ele ouvisse as demandas e nos ajudasse a encontrar meios para melhorar as bibliotecas. Uma das prioridades era a aquisição e atualização dos acervos. Além disso, era preciso investir em mobiliário, infraestrutura, automação etc. Não havia também uma equipe formada para exercer as atividades necessárias à organização do setor: Nosso objetivo era padronizar as bibliotecas de todos os campi, para trabalharmos de forma integrada. Elaboramos documentos para regulamentar tais serviços. Um dos primeiros foi o Regimento do Sistema de Bibliotecas e também a Política de Aquisição e Desenvolvimento de Coleções, conscientizando a comunidade interna sobre serviços realizados como também sobre seus direitos e deveres.

O Sistema Integrado de Bibliotecas do IFSULDEMINAS é constituído pelas bibliotecas dos campi Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre e dos campi avançados de Carmo de Minas e Três Corações. Sua finalidade é gerenciar o funcionamento integrado das bibliotecas e otimizar a utilização dos recursos informacionais, tecnológicos e humanos, de forma a facilitar o acesso à informação e oferecer aos usuários atendimento satisfatório, imprescindível para fortalecer ensino-aprendizagem. Este sistema funciona como centro de compartilhamento de informação e referência, em consonância com a ação educativa necessária ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

3.2 Infraestrutura, acervo e acessibilidade nas bibliotecas do IFSULDEMINAS

A biblioteca também se caracteriza do ponto de vista estrutural. E todos os ambientes, principalmente aqueles voltados à educação, deveriam oferecer acessibilidade às pessoas. Deveriam ser livres de barreiras físicas nas suas arquiteturas e espaços, para oferecer acessibilidade a um maior número de indivíduos. Este ambiente considerado como centro de informação, deverá ser de fato também, um lugar onde as pessoas, principalmente aquelas com necessidades especiais, possam ter autonomia ao realizarem as ações necessárias. Nos próximos capítulos abordaremos alguns silenciamentos existentes na biblioteca, do Campus Inconfidentes em suas infraestrutura e serviços. Gomes (2007, p. 47) acrescenta que:

Nas bibliotecas, de maneira geral, deve ser observado se são projetadas, equipadas e decoradas adequadamente para atender as necessidades diversas dos usuários, levando em consideração a adequação do mobiliário, iluminação, arranjo físico, etc.

Esses elementos são formas de permitir o acesso como também o bom funcionamento da biblioteca. A infraestrutura faz toda a diferença, e deve ser projetada para que ofereça condições de trabalho para os funcionários – até mesmo para obter um maior rendimento nas atividades realizadas – como também mais conforto para os usuários. Uma infraestrutura bem planejada é um dos pontos importantes a ser levado em conta pelos que projetam esse tipo de arquitetura (GOMES, 2007, p.48).

3.2.1 Política de acesso e utilização do acervo

O acervo é dividido conforme sua área do conhecimento e é, de livre acesso. Para consultá-lo, a biblioteca dispõe de computadores, todos com acesso à internet. As obras estão organizadas 1) por assunto, de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e 2) por autor, segundo a tabela PHA, que os individualiza dentro das diversas classes de assunto. São catalogados de forma descritiva, conforme o Anglo Americano (AACR2), um compêndio de regras para a criação de descritores bibliográficos e, a construção e a atribuição dos pontos de acesso (cabeçalhos), representando pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas.

Mas qual seria o verdadeiro sentido de biblioteca? Estas descrições se fazem necessárias para a organização de uma biblioteca convencional, mas ao mesmo tempo os sentidos de *biblioteca* vão se deslizando, nos fazendo entender que uma biblioteca pode estar presente em lugares outros, sob diversas formas.

3.2.2 Política de atualização do acervo

A Política de Aquisição e Desenvolvimento de Coleção é uma atividade que visa fazer um levantamento sobre a situação em que se encontra o acervo. É essencial para atender à demanda de usuários. As diretrizes traçadas na formação do acervo permitem que a coleção esteja de acordo com o referencial básico e complementar das ementas do PPC e com as exigências do Instrumento de Avaliação do INEP/MEC, órgão fiscalizador de cursos superiores.

A política de expansão dos acervos visa à ampliação e melhoria na prestação de serviços e informação. Garantir a qualidade do acervo, em permanente atualização e expansão, é proporcionar ao usuário a oportunidade de incorporar valores referentes à formação técnico educacional e cultural. Serve como ferramenta na gestão da unidade de informação e auxilia os bibliotecários na tomada de decisões.

Para subsidiar a atualização, expansão e manutenção dos acervos, a equipe de bibliotecários do IFSULDEMINAS elaborou o documento Resolução aprovada, no. 31/2014 de 30 de abril de 2014 (ver Anexo), que dispõe sobre a aprovação da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções e descreve diretrizes que embasam decisões em relação ao acervo. Esta política tem como objetivo definir e implementar critérios para o desenvolvimento de coleções e sua atualização. A Resolução aprovada diz o seguinte:

Capítulo II - Dos Objetivos

Art. 2º- São objetivos definidos na política de desenvolvimento de coleções:

- I. estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- II. disciplinar o processo de seleção, tanto na quantidade como na qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;
- III. atualizar permanentemente o acervo, permitindo seu crescimento e equilíbrio nas áreas de atuação da instituição;
- IV. direcionar o uso racional dos **recursos financeiros**;
- V. determinar critérios para duplicação de títulos;
- VI. estabelecer prioridades para a aquisição de material;
- VII. estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- VIII. traçar diretrizes para o descarte do material;
- IX. traçar diretrizes para a avaliação das coleções (grifos nossos).

Os tópicos destacados regem pontos essenciais para direcionar e implementar ações indispensáveis para a construção do acervo. As etapas principais são: seleção, aquisição, avaliação, descarte ou desbastamento. A seguir uma descrição sobre cada uma delas:

- a) **Seleção:** processo de análise e escolha dos materiais que farão parte do acervo, obedecendo diretrizes e sugestões dos professores e coordenadores, além de servidores da biblioteca e alunos. Deve ser realizada em consonância com o PPC.
- b) **Aquisição:** forma de constituir o acervo, a partir de compras, doações ou permutas de materiais. As doações são selecionadas pela em muitos casos, pelo bibliotecário. No caso de compras, há um processo burocrático e deve levar em consideração as verbas disponíveis.
- c) **Avaliação:** diagnóstico do acervo, para conferir se está atendendo ao seu público devidamente. Deve ser feita periodicamente.
- d) **Descarte ou desbastamento:** retirada de materiais que não atendem à demanda dos usuários, para dar lugar a um acervo mais atualizado. Maciel e Mendonça (2006, p. 5) definem o desbastamento

[...] o desbastamento consiste na retirada de documento pouco utilizado pelos usuários para outros locais, para os depósitos especialmente criados para abrigar esse material de consultas eventuais. Já o descarte consiste na retirada definitiva do material do acervo da biblioteca, com correspondente baixa nos arquivos de registro da mesma. (MACIEL E MENDONÇA, 2006, p.5)

As análises qualitativas e quantitativas também são processos importantes para avaliar a coleção. Na análise qualitativa, é feita uma síntese da situação do acervo, considerando títulos novos e satisfação de alunos. Além disso, devem conferir se os títulos são relevantes para atender as disciplinas da grade curricular. A análise quantitativa consiste na avaliação da quantidade de títulos existentes no acervo. Para Vergueiro (1989), este método de avaliação engloba dados estatísticos, que podem abranger o tamanho total da coleção ou dividi-la por tipos de materiais, assunto, idioma ou data de publicação.

De modo geral, observamos que as políticas de aquisição e seleção, mais do que uma visada exaustiva do conhecimento, buscam contemplar os objetivos da biblioteca e da sua implementação. No caso, uma biblioteca pública e escolar que procura formar e titular alunos em áreas específicas. A articulação com os PPCs orienta a especialização da biblioteca. Também deve seguir outras políticas, especialmente educacionais: curricularização, atualização dos conhecimentos especializados etc. A biblioteca está sujeita à obsolescência de campos de formação, o que exige sua atualização e o consequente desbaste de materiais ultrapassados.

3.2.3 Política de informatização do acervo

Com o surgimento da internet, as possibilidades de ferramentas, vêm se expandindo a cada dia. Um sistema de automação dentro das bibliotecas facilita a busca de títulos como também o acesso à outras informações. As bibliotecas do IFSULDEMINAS, trabalham de forma integrada, utilizando o software Pergamum, um sistema utilizado por diversas bibliotecas no Brasil. É disponibilizado ao usuário via internet, oferecendo-lhe a oportunidade de acompanhar, em seu cadastro, o histórico de movimentação de todos os serviços que foram realizados por ele, como datas dos empréstimo, títulos emprestados, devoluções, as reservas realizadas, multas, dentre outros. Quando se fala em automação de bibliotecas estamos discutindo aspectos relacionados à utilização de computadores e softwares que gerenciam várias atividades realizadas no setor. Estes sistemas computacionais se concentram nas atividades de consulta de catálogos, acessados pelos usuários com vínculo institucional.

Segundo Rowley (1994), a importância de automatizar uma biblioteca reside na praticidade que os usuários devem ter para acessar informações, no auxílio ao

processamento dos serviços e na oportunidade da equipe da biblioteca de inserir serviços que antes não tinham a possibilidade de serem realizados.

O sistema de automação discursiviza de forma mais ampla a biblioteca, apresentando páginas, telas, abas, cada uma com sua função diversificada que constitui o sistema como um todo. Nestes espaços discursivos observamos diversas maneiras de lidar com a linguagem e com o conhecimento, possibilitando ao usuário-leitor a produção de sentidos e o compartilhamento das formas disponíveis e materiais encontrados no sistema.

Aqui, o sentido de *biblioteca* se torna polissêmico, uma vez que a biblioteca se apresenta de formas diferentes da tradicional (cujas informações são encontradas apenas nos livros em suas estantes). A *Biblioteca* se (re)significa a partir do momento em que os usuários podem acessá-la de outras formas, têm autonomia para percorrer o acervo (até mesmo sem sair de sua casa). O acesso remoto representa aqui uma forma de linguagem atravessada pelos silenciamentos encontrados no acesso físico. O usuário não depende daquele tempo gasto de ir e vir até à biblioteca convencional. O acesso virtual funciona discursivamente de maneira diferente do físico, (àquele que pode trazer certos sentidos de proibição), garantindo assim a visualização do acervo de todas as bibliotecas da instituição.

A seguir apresentamos algumas telas do sistema de automação, que permitem aos usuários visualizarem os títulos do acervo e outros serviços oferecidos.

Imagem 1

1. Digite o termo a ser pesquisado (título, assunto, autor, etc);

2. Clique sobre a barra indicada pela seta número 2, com o seguinte texto: "Abrir mais opções de consulta";

3. Selecione na unidade de informação a opção "Biblioteca Campus Inconfidentes";

4. Selecione a opção correspondente ao termo utilizado no campo de pesquisa (seta número 1);

5. Escolha o modo de ordenação da pesquisa;

Fonte: <https://biblioteca.ifsuldeminas.edu.br/biblioteca/index.php>

Conforme podemos observar, é possível buscar uma obra utilizando entradas como título, autor, assunto etc. Do ponto de vista material, podemos notar aqui uma diferença em relação à busca realizada, por exemplo, nas bibliotecas cujo acervo é catalogado em fichas.

Imagem 2

Registros por página : 1, 20

Termo Pesquisado: "engenharia mecanica" Adicionar à Cesta: Todos | Esta Página

Refinar sua busca Resultados 7* Cesta

Unidade de Informação: Biblioteca Campus Inconfidentes(2)

Tipo de Obra: Livros(2)

Data de publicação: 2013(1), 2001(1)

Somente com: Capa(2)

Autores

Assuntos

1. Engenharia mecânica : estática / 2013 - (Livros)
NELSON, E. W et al. Engenharia mecânica: estática. Porto Alegre: Bookman, 2013. 288 p. (Schaum). ISBN 978-85-8280-042-9 (broch).
Número de Chamada: 620.103 E48 2013
Título uniforme ou original: Schaum's outline of engineering mechanics

6 → Exemplares | 7 Referência | Marc | 8 Reserva

2. Manual de fiscalização : engenharia mecânica e metalúrgica / 2001 - (Livros)
MELO, Marcos Túlio de. Manual de fiscalização: engenharia mecânica e metalúrgica. Belo Horizonte 96 p.
Número de Chamada: 340 M486m 2001

Exemplares | Referência | Marc | Reserva

6. Clique sobre a palavra "Exemplares" para exibir a quantidade existente e a disponibilidade no acervo;
7. Clique sobre a palavra "Referência" para exibir referência da obra;
8. Clique sobre a palavra "Reserva" para reservar uma obra, conforme passo seguinte:

Fonte: <https://biblioteca.ifsuldeminas.edu.br/biblioteca/index.php>

Nessa opção o leitor não tem o acesso físico à obra, mas visualiza se o título desejado consta no acervo, qual a quantidade de exemplares disponíveis, sua localização nas prateleiras e qual a possibilidade de realizar algumas ações, como fazer uma reserva, a partir de um clique. Ao fazer uma reserva, por exemplo, ao leitor é garantida a possibilidade de retirar o material desejado no próximo empréstimo de acordo com tempo estipulado. Ele é o próximo leitor do livro, ainda que não tenha ido presencialmente até a biblioteca. Lembrando que a reserva só pode ser realizada por aqueles que têm as credenciais: são solicitados login e senha, conforme é possível observar abaixo:

Imagem 3

Não existe nenhuma reserva cadastrada para esta obra

» Para reservar, preencha os campos abaixo:

Volume:	9 → RA / SIAPE / CÓDIGO:	<input type="text"/>
Unico ▾	10 → Senha:	<input type="text"/>
Tomo:	Unidade de Informação:	Biblioteca Campus Inconfidentes ▾
Unico ▾	Parte:	Unico ▾
	Material:	Principal ▾
	Localização:	Todos ▾

Confirmar

9. Digite seu login;
10. Digite sua senha;

OBS.: No campo UNIDADE DE INFORMAÇÃO deverá SEMPRE estar selecionado "Biblioteca Campus Inconfidentes"

Fonte: <https://biblioteca.ifsuldeminas.edu.br/biblioteca/index.php>

Quando preenchidos os campos corretamente, temos algumas indicações sobre quem é o leitor, qual a sua forma de acesso e a quais coerções/restrições se sujeita para poder fazer uso do sistema e do acervo da biblioteca. Fica evidente para nós, bibliotecários, quem acessou o sistema e qual foi sua solicitação.

Conforme é possível ver na imagem abaixo, o usuário, João da Silva, tendo feito seu login (apresentado suas credenciais), é "bem-vindo à biblioteca", ele já está NA biblioteca, e o sistema permite que realize uma série de ações que antes poderia realizar somente presencialmente.

Podemos nos perguntar: o sistema Pergamum é uma ponte que intermedia informações? Esse sistema coincide com os serviços realizados manualmente nas bibliotecas? Que relações tensas existem entre os termos *automatizar* ou *não automatizar* as bibliotecas? O que nos aponta, em relação à organização das bibliotecas do IFSULDEMINAS?

Imagem 6

12. Exibe os livros emprestados, a data de devolução, o link para renovar, o número de renovações já feitas e os títulos reservados pelo usuário;

13. O link "Empréstimo" dá acesso a opções, como: renovação, reserva e débito;

14. Possibilita alteração de senha do usuário;

Fonte: <https://biblioteca.ifsuldeminas.edu.br/biblioteca/index.php>

Podemos notar que a informatização/interface do software pode ser considerada a textualização da política própria da biblioteca, administrando, em última instância, as formas de leitura. Enquanto a leitura prevê um momento de solidão e liberdade (LAJOLO, 1993) ao qual o leitor se entrega (ou não), a biblioteca e suas regras estipulam formas e tempos específicos para a leitura.

3.3. Algumas atividades essenciais

3.3.1 Processamento técnico

É o setor da biblioteca responsável pelo tratamento técnico do acervo. Envolve as atividades de catalogação, classificação como também outros serviços de preparação dos materiais, disponibilizando-os nas estantes para que todos possam ter contato.

A catalogação é feita dentro do sistema de automação Pergamum, usado para registro e descrição de itens do acervo, permitindo assim a recuperação das informações na base de dados. Feita a catalogação, são coladas as etiquetas de lombada e código de barras no material à ser disponibilizado. A divulgação de cada título novo disponível para empréstimo é feita no Facebook.

A biblioteca do Campus Inconfidentes, nomeada por biblioteca Afonso Arinos possui página no Facebook desde 2017. A ideia surgiu da necessidade de utilizar uma ferramenta que tornasse o contato mais próximo com os alunos do Campus, bem como dos demais usuários de setor.

A página divulga, desde então, todos os novos títulos que integram o acervo bibliográfico. Publicações estas aguardadas e estimadas pelos leitores, seja obra técnica ou literária. Além disso, são feitas postagens com notícias e demais materiais informativos.

É importante salientar que, o setor possui conta de e-mail para contato direto com os usuários, que direcionam diversas dúvidas e solicitam serviços. No entanto, o Facebook também é ferramenta de comunicação direta com aqueles que preferem o contato via rede social.

3.3.2 Circulação e empréstimo

Este setor compreende os serviços de retirada do material bibliográfico para empréstimos domiciliares e entre bibliotecas, de reservas, renovações e consultas.

3.3.3 Serviços de referência

É a assistência prestada ao usuário em uma unidade de informação. O que mais o caracteriza é a busca de interação entre a biblioteca e o usuário. Envolve vários processos, buscando orientar o usuário quanto à organização do acervo, para que adquira uma maior autonomia. As ferramentas mais utilizadas são a base de dados do Pergamum, os e-books da plataforma Pearson e o portal de periódicos da Capes.

O aluno tem meios de acesso rápido às informações, através desse sistema de informatização. Os sistemas de automação foram determinantes na melhoria dos serviços e permitem acesso online à diversas funções como consulta ao acervo, reserva de livros, renovação e consulta de débitos. Assim, as bibliotecas do IFSULDEMINAS trabalham de forma integrada possibilitando aos seus usuários acesso na visualização do acervo de todas elas, permitindo o acesso aos empréstimos entre os campi.

3.4 Reflexões analíticas

3.4.1 Biblioteca pública ou escolar?

Após a transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais, as bibliotecas foram também readaptadas, devido a oferta de cursos em diversos níveis e modalidades. Passou, desde então, a atender a um público compreendido entre adolescentes, dos cursos médio integrado, jovens e adultos dos cursos superiores, como também a comunidade externa, Essas bibliotecas interagindo também com a comunidade em geral cria-se uma brecha para melhor interpretação e análise do que vem a ser seu público.

A Lei 12.244/10 universalizou a biblioteca escolar a todas as instituições de ensino públicas e privadas, portanto subentende-se que as bibliotecas do IFSULDEMINAS, incluídas nesse contexto podem ser consideradas principalmente como bibliotecas escolares ou públicas.

Uma biblioteca pública, para exercer seu papel como instituição responsável pela inclusão, tem que desenvolver políticas públicas, fazendo valer sua função de disseminadora da informação para todos. Deve desenvolver atividades e dar suporte àqueles que não se sentem à vontade para se adentrar a ela. Muitos se sentem excluídos e constrangidos, por acharem que a biblioteca é somente para pessoas alfabetizadas ou estudantes. É função da biblioteca pública divulgar seus serviços e conscientizar a

comunidade sobre seu papel, aproximando a todos, independentemente de raça, religião, posição sociocultural ou econômica.

Como podemos pensar o que seria uma *biblioteca pública*? De acordo com Flusser (1980, p. 133),

A biblioteca verdadeiramente pública é a transformação estrutural da biblioteca tal como existente hoje, em uma que participe do processo de dar a palavra ao não público. Dizer a sua palavra é <um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, num sentido verdadeiro é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar>. Ao dar a palavra, a biblioteca verdadeiramente pública responde à aspiração fundamental de igualdade.

Outras formas de amenizar a má interpretação de *público* são os projetos levados às pessoas, como forma de interação com a comunidade. Um dos projetos que pode ser desenvolvido é a biblioteca ambulante, que poderá ser instalada periodicamente em alguns pontos da cidade. Seria uma biblioteca que funciona como ponte entre informação/conhecimento (tomados aqui em uma relação sinonímica que sabemos que não se sustenta indefinidamente) e a comunidade local. Assim, exerceria sua função como responsável também pela inclusão social, disponibilizando serviços, divulgando o acervo e seu funcionamento enquanto agente incentivador de leitura. Na biblioteca do campus existe um projeto em andamento: “*Novas Páginas*” é voltado à recuperação da autoestima de presidiários da região, sendo realizado através de doação de livros para este público.

O que se observa, na elaboração e execução destes projetos, é a forma de representatividade que as bibliotecas exercem nos meios em que atuam. Mais do que o acesso à biblioteca e a sua utilização nos moldes compreendidos tradicionalmente, implicam em uma ação de buscar o público, deixando de se limitar a suas paredes físicas para ocupar espaços outros, distintos do ponto de vista estrutural. Estas ações renovam a pergunta, que fica de pano de fundo ao longo de todo o trabalho: o que é, afinal, uma biblioteca? Uma biblioteca itinerante é ainda uma biblioteca, apesar de prescindir da estrutura frequentemente solene e rígida das instituições convencionais?

Assim, os sentidos de biblioteca vão sendo ressignificados por diferentes lugares, quer sejam públicos ou não, dando à todos o direito de acesso aos livros e outros materiais que funcionavam como veículos de informação. Para Chartier:

No século XVIII, a história das práticas de leitura se tornou uma história da liberdade na leitura, onde os leitores exerciam tais atividades em lugares diversos. Observa-se o leitor na natureza, o leitor que lê andando, que lê na cama enquanto, ao menos na iconografia, os leitores anteriores ao século XVIII liam no interior de um gabinete, de um espaço retirado e privado, sentados e imóveis. O leitor do século XVIII permitem-se comportamentos mais variados e mais livres (CHARTIER, 1998, p. 78).

Isto remete à transformação e evolução dos sentidos diversos de *biblioteca*: a leitura pode ser realizada em qualquer lugar. Os meios de informação, representados pelos livros, podem ir ao encontro das pessoas em qualquer lugar em que elas estejam. Isto extrapola sentidos de biblioteca, em comparação com a convencional.

3.4.2 O usuário da biblioteca pública-escolar

Analisamos, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, a maneira como as bibliotecas do IFSULDEMINAS e seus usuários são significados em documentos que as legitimam, bem como são vistas pelos nossos governantes e sociedade de modo geral. Mostramos como devem ou não funcionar, a partir da estabilização de suas práticas descritas nos documentos que analisamos.

“Considerando as condições de produção do documento de que nos ocupamos aqui podemos dividi-la em dois grupos: as condições imediatas e condições mediatas” (ORLANDI, 2012). A quem o documento que analisamos se dirige? A partir de quem? Que contexto histórico permite que um uso da biblioteca venha a ser regulamentado por um documento desta natureza?

Podemos considerar que o documento se dirige a qualquer usuário (interno), envolve todas as pessoas vinculadas à instituição: alunos, professores e funcionários, e também a comunidade externa. O documento foi elaborado pela COGEBI, uma comissão formada pela equipe de bibliotecários do IFSULDEMINAS. A respeito das condições mediatas (contexto histórico-social), sabemos que as bibliotecas não eram lugares acessíveis a qualquer um, de modo que a própria formulação de tal regulamento já aponta um processo de democratização e abertura das bibliotecas: se nelas qualquer cidadão pode entrar e fazer uso, é preciso regulamentar seus comportamentos e hábitos. Antes, havia proibição da circulação dos corpos, interdição da presença; agora, normatização dos corpos, regulamentação da presença. Podem entrar desde que se submetam a um conjunto de regras.

Um destes documentos é a lei no. 12.244/10, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”. Também abordamos a lei no. 11.892/08, que institui a criação dos Institutos IFs. Analisamos os capítulos 7 e 8, o Regimento do Sistema de Bibliotecas e a Política de Formação e o Desenvolvimento de Coleções do IFSULDEMINAS. São apresentados, nestes documentos, como os sujeitos

e processos envolvidos são discursivizados, e como ocorrem os processos de interdições e silenciamentos e em quais circunstâncias. As marcas discursivas refletem-se nas posições que os sujeitos ocupam, definindo seu lugar no discurso e a relação de poder entre quem está autorizado a dizer o que diz, para quem o diz e as formas discursivas que gerenciam esse dizer. O usuário que fala no *corpus* desta pesquisa pode, por exemplo, estar falando a partir de diferentes posições sujeito-usuário, que se significam em diferentes condições de produção de sentidos. O sujeito, ao enunciar a partir de uma posição-sujeito, é interpelado pela ideologia e dividido pelo inconsciente para que se produzam sentidos (ORLANDI, 2012, p.46).

Primeiramente cabe a pergunta: quem é o usuário da biblioteca do IFSULDEMINAS?

Busca-se compreender como os sujeitos usuários são discursivizados nos documentos que regem suas bibliotecas. Segundo o Regimento do Sistema de Bibliotecas (2014), Capítulo VII, do Regulamento dos Serviços das Bibliotecas de cada campi:

Art. 15 - São considerados usuários das bibliotecas:

I. Corpo discente, composto pelos alunos regularmente matriculados no IFSULDEMINAS.

II. Corpo docente, composto pelos professores efetivos, substitutos e temporários da Instituição;

III. Corpo técnico-administrativo;

IV. Funcionários terceirizados, composto por servidores de empresas prestadoras de serviços à Instituição;

V. Comunidade externa, apenas consulta interna

(REGIMENTO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS, 2014, grifos nossos).

O sujeito-usuário é delimitado e caracterizado pelo que está estabelecido no documento: alguém fala a partir de uma posição de autoridade, dando ao usuário condições para que ele possa fazer parte daquele setor. Ele tem por obrigação atendê-las.

A palavra *considerados* remete a um discurso em que não é qualquer pessoa que pode usar os recursos da biblioteca. O verbo *considerar* dá sentido de inclusão e exclusão do sujeito usuário (inciso V). Observa-se o efeito de ruptura do sentido e silenciamentos, uma vez que o sujeito usuário *considerado* como comunidade externa pode fazer uso dos materiais da biblioteca apenas parcialmente. Para este sujeito, quando se lê este documento as bibliotecas são significadas como espaços que distribuem de forma desigual a *consideração* sobre quem é ou não usuário da biblioteca. A comunidade externa sofre restrições: o acesso lhe é restrito e normatizado de forma distinta. Isto nos faz questionar a própria ideia de universalização que funciona em referência à “disseminação e distribuição de informação ou conhecimento”.

Notamos aqui que os sentidos de *biblioteca* são claros mas silencia e exclui este tipo de usuário normatizado por regras. Podemos considerar também que, no caso específico desta biblioteca, para que haja funcionalidade e organização é necessário haver restrições. Isto porque não se trata simplesmente de uma biblioteca pública, ainda que ela o seja também, mas de uma biblioteca escolar, ou seja, que se instala e funciona no seio de uma instituição escolar e é, portanto, submetida a regras desta instituição.

Todos são usuários da biblioteca, ainda que tenham seu uso restrito, conforme se lê no inciso V (“comunidade externa, apenas para consulta interna”). Ou seja, ainda que a comunidade externa possa fazer uso da biblioteca, ela não pode ser atendida da mesma forma que os outros usuários descritos anteriormente (os usuários “internos” por oposição semântica). Interno e externo a quê? À própria instituição de educação, pública. Neste recorte podemos antever a contradição anteriormente sinalizada entre *conservar* e *reter*. Como poderia a biblioteca, ainda que pública e acessível à comunidade externa, emprestar livros para todos sem que houvesse prejuízo ao seu funcionamento?

O sujeito é interpelado pela ideologia do discurso de não poder ter todos os acessos oferecidos pela biblioteca: não tem os mesmos direitos que os vinculados à instituição, ou seja, alunos e professores (“comunidade interna”). Isto também é abordado na seção seguinte:

Seção III - Da Inscrição

Art. 16 - Serão inscritos com a finalidade de retirar material emprestado do acervo da biblioteca, os usuários que possuírem vínculo com o IFSULDEMINAS, conforme Art. 15, incisos I a IV (REGIMENTO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS, 2014, grifo nosso).

Aqui observa-se que a comunidade externa não está incluída e autorizada a “retirar material emprestado do acervo”. E, conforme minha experiência como bibliotecária, a palavra *vínculo* parece ser entendida por muitas pessoas da comunidade como uma restrição absoluta ao uso da biblioteca: é comum, por exemplo, usuários da comunidade externa pararem em frente à porta da biblioteca e perguntarem se podem ou não entrar. Eles podem fazer uso de alguns serviços oferecidos, desde que apresentem documentos pessoais, que possam ser identificados e assim fazer uso dos materiais disponíveis.

3.4.3 Deveres dos usuários

Sabendo quem são os usuários, passamos a um segundo recorte:

Seção V

Dos Deveres dos Usuários. Art. 21 - São deveres dos usuários:

Apresentar o documento de identificação, conforme Art. 17 e Art. 18, nas rotinas de empréstimos, renovações e sempre que solicitado pelo funcionário da Biblioteca;

Em caso de extravio ou perda dos documentos citados no inciso anterior, o usuário deverá informar à biblioteca e solicitar nova via junto ao setor competente.

Comunicar qualquer alteração de seus dados cadastrais;

Devolver o material emprestado, no mesmo estado de conservação que o retirou da biblioteca, no prazo ou deverá solicitar renovação, se permitida;

Manter o ruído proveniente da comunicação em um nível suficiente para atender suas necessidades de comunicar-se, sem interferir nas atividades dos demais usuários, principalmente nas áreas destinadas ao estudo;

Não utilizar equipamentos e aparelhos sonoros ou qualquer outro objeto que venha interferir nas atividades dos demais usuários;

Verificar no ato da devolução, se a mesma foi devidamente registrada;

Comunicar imediatamente à COBI a eventual perda do material sob sua responsabilidade ou danos observados neste;

Indenizar a Biblioteca por perda de obras e danos a elas causados;

Não consumir bebidas e alimentos nas dependências da biblioteca;

É dever do usuário manter o local de estudo limpo e organizado; recolocando mesas e cadeiras em seus devidos lugares, deixando sobre a mesa as obras utilizadas em consulta interna, para que os auxiliares as recolorem nas estantes;

Colaborar com a conservação, organização e higiene dos ambientes utilizados coletivamente e zelar pelo patrimônio da biblioteca;

É proibido marcar, dobrar páginas ou fazer anotações, arrancar partes de quaisquer materiais que compõem o acervo da biblioteca (RESOLUÇÃO Nº 016/2013, 2013, p. 5, grifos nossos).

Ao rastrear pistas sobre o funcionamento da ideologia e da memória, observamos que os deveres dos usuários das bibliotecas do IFSULDEMINAS aparecem na forma de tópicos (13 no total), que antecipam, tentam antever o que supostamente podem ou não fazer. Nos recortes que destacamos aparece uma série de verbos no infinitivo, verbos não-conjugados, impessoalizados, que não dizem respeito a uma ação no presente, mas à sua possibilidade ou proibição. Trata-se de um convite aos usuários – ou melhor, de uma prescrição – para realizar determinadas ações (por exemplo, “comunicar”, “colaborar”) e interditar outras (por exemplo, “consumir bebidas”, “marcar páginas”). Esta maneira de estruturar o discurso, topicalizando-o, indica uma tentativa ilusória de condensação de sentidos presentes no discurso autoritário (ORLANDI, 1987), sob o objetivo discursivo no qual o sujeito se esquece (lembrando que esse esquecimento é ideológico) de que há sempre algo que escapa e falha na linguagem. De modo geral, o regimento, em sua textualização, busca dar corpo a uma biblioteca ideal: como ela pode e deve funcionar, incluindo seus usuários (também ideais).

Os deveres vêm topicalizados e regidos de verbos que remetem a um discurso autoritário (como “apresentar documento de identificação”: o sujeito usuário se vê na obrigatoriedade de se identificar para poder fazer parte daquele lugar). O sujeito é interpelado pela ideologia que domina o discurso. O enunciado “comunicar qualquer alteração de seus dados cadastrais” pode ser entendido pelo sujeito como uma perda de seu vínculo, da sua posição de usuário da biblioteca.

Analisando o enunciado “devolver o material emprestado, no mesmo estado de conservação [em] que o retirou da biblioteca, no prazo[,] ou deverá solicitar renovação, se permitido”: o verbo *devolver* pode produzir um efeito de ruptura do sentido, uma vez que o usuário pode precisar do material mas tem que devolvê-lo, e no “mesmo estado de conservação” (deslizando para um sentido de guarda e preservação do acervo). O prazo, se referindo à data de devolução normatizada pelo discurso dominante, deve ser cumprido ou o usuário fica passível de punição e multa.

Assim, considera-se as bibliotecas como espaços discursivos, nos quais diferentes vozes fazem falar sentidos outros. No regimento das bibliotecas que analisamos, funciona uma memória discursiva que produz sentidos para *biblioteca*, contrapondo-os. Estes espaços, públicos e universais (pois são regulamentados por leis governamentais) devem sim (paradoxalmente) ser regidos por normalizações para seu devido funcionamento e organização, para se tornarem um ambiente de estudo e respeito aos colegas, como aparece no inciso a seguir:

V- Manter o ruído proveniente da comunicação em nível suficiente para atender suas necessidades de comunicar-se, sem interferir nas atividades dos demais usuários, principalmente nas áreas destinadas ao estudo (REGIMENTO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS, 2014).

No recorte acima, a biblioteca é discursivizada como um espaço que deve ser organizado e regido pelo silêncio (empírico), no qual não caberia a conversa, o diálogo, os sons em um tom mais alto, nem mesmo quando se trata de estudo em grupo ou de atividades que indicam a presença de muitos alunos falando ao mesmo tempo (discutindo um trabalho, por exemplo). A exigência do silêncio empírico marca também o funcionamento disciplinar das escolas: estamos diante da convergência do silêncio exigido nos espaços das bibliotecas (quaisquer) e a disciplinarização e docilização dos corpos. Podemos observar como a memória discursiva sustenta os sentidos de ordem e silêncio, naturalizando-os como os únicos possíveis de serem enunciados.

3.4.4 Considerações sobre o acervo: Acervo para quem?

Com a expansão da instituição, as bibliotecas gradativamente estão sendo também expandidas e atualizadas, mas ainda precisam passar por muitas melhorias: o acervo nem sempre está de acordo com a demanda.

Devido à oferta de cursos de nível superior, existe uma preocupação com a aquisição de livros técnicos; porém o acervo destinado aos alunos do ensino de nível médio integrado precisa ser atualizado. Feitas estas observações, analiso um documento que constitui o *corpus* deste trabalho: a lei n. 11. 892/08, que instituiu os IFs. Há, em seus artigos 7 e 8, uma lacuna que contradiz a realidade da biblioteca do Campus Inconfidentes em relação ao acervo de livros de literatura para os alunos de ensino médio integrado.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Observa-se no artigo 8 que 50% das vagas são destinadas aos alunos dos cursos de nível médio integrado, porém quando se trata das bibliotecas a maior porcentagem do acervo é composta por livros técnicos, destinados aos cursos de nível superior. Assim, percebe-se que o acervo das bibliotecas não é suficiente para atender à esse público, (alunos adolescentes) de forma satisfatória, os quais precisam de livros de literatura / ficção para os estudos dirigidos pelos professores, como também para leitura de entretenimento. Alguns títulos são pedidos em provas de vestibulares, e esse público tem suas pretensões quanto aos títulos, mas infelizmente a biblioteca ainda não possui um acervo com quantidade e diversidades de títulos de literatura que atenda a todos.

Este problema se estende à várias bibliotecas em muitas instituições de ensino, se agravando, principalmente nas bibliotecas de escolas estaduais e municipais. Em meio a tanta tecnologia, com suas bases de dados, e *ebooks* disponibilizados, o livro impresso continua sendo a preferência de muitos leitores, mas infelizmente, algumas ainda não conseguem atender à demanda; cabe então aos bibliotecários dessas instituições reinventar-se para sanar esta lacuna.

CAPÍTULO 4: O SILENCIAMENTO NAS BIBLIOTECAS

As bibliotecas ainda sofrem muitos problemas. O silêncio a que muitas vezes são submetidas e o pouco reconhecimento da grande importância desta instituição, fazem com que não sejam pensadas criticamente, de uma forma mais polissêmica e dinâmica, que produza efeitos de valorização e incentive ações que as (re)signifiquem no discurso e na sociedade.

Dando continuidade ao relato de algumas falhas sobre a significação desta entidade, flagra-se no *corpus* de análise deste trabalho a materialização de alguns movimentos de retorno de discursos que se configuram com as bibliotecas da antiguidade, e certos acontecimentos se repetem na atualidade. Por esta rede de paráfrases, circulam sentidos dominantes que normatizam o que e como as bibliotecas devem ser, ou seja, as recomendações acerca de suas funções, objetivos e funcionamento. Elas constituem um pré-construído aparentemente natural, marcando o que pode ser dito sobre as bibliotecas e quais aspectos devem ser considerados, deixando latentes uma série de discursos que, em outras condições sócio-histórico-ideológicas, poderiam ser atualizados. Observa-se que o discurso sobre as bibliotecas como centro de informação e cultura apaga e silencia outros sentidos possíveis para significar a leitura e conhecimento.

4.1 Sobre o silêncio

O silêncio e o interdito são condições estruturantes e constitutivas da linguagem. Para que se diga algo, é preciso que outros dizeres possíveis sejam silenciados, tanto em um sentido estrutural, quanto no que tange aos silêncios locais (censura). Nas Ciências da Linguagem, diz-se que o verbal recobre o não-verbal, ou seja, tudo o que é do reino da significação é verbal. Orlandi (1995) dá ao silêncio um estatuto positivo, ao afirmar que ele não é apenas a falta de palavras. Para a autora, o silêncio é uma forma diferente de significar.

O silêncio atravessa as palavras, existe entre elas ou indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz... “Quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p. 14). O silêncio não é visível, por isso uma teoria empírica do

silêncio o reduz à falta de palavra. Para Orlandi (2007), a materialidade do silêncio é diferente, ou seja, ele significa de outra maneira.

Nessa dissertação, os documentos que constituem o *corpus* são analisados a partir de diferentes recortes, que mostram o funcionamento de silenciamentos, interdições e dizeres instaurando sentidos possíveis, fazendo significar a produção de sentidos de *biblioteca* em relação ao sujeito-usuário, ao sujeito-leitor e também como um espaço discursivo. Para as análises, seguimos a teoria de Michel Pêcheux, pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa, por fornecer subsídios teóricos para a escrita deste texto, bem como a compreensão de aspectos ideológicos importantes para a construção dos sujeitos em estudo.

Estes documentos trazem discursos que investigam e direcionam a maneira como as bibliotecas públicas e escolares são discursivizadas oficialmente enquanto locais de “disseminação de informação”. Paradoxalmente, essa disseminação é controlada, normalizada, por regimentos próprios, apresentando um funcionamento que podemos compreender a partir do silenciamento e que pode resultar em formas de exclusão.

Um dos documentos apresentados é a lei no. 12.244/10, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, cujo discurso é regido pela maior autoridade do país, o Presidente da República.

4.2 A presença das bibliotecas nas instituições de educação

Todas as instituições de educação devem contar com uma biblioteca, de acordo com a lei no. 12.244/10 (que institui as bibliotecas públicas no Brasil, como incentivo à leitura de crianças e jovens. Ver Anexo), onde se diz que até 2020 todos os municípios brasileiros e escolas públicas deverão ter uma biblioteca.

Na teoria discursiva, a linguagem materializa o lugar social a partir do qual o sujeito enuncia. No discurso apresentado nessa lei, o sujeito enuncia de uma posição de poder privilegiada pela autoridade, representado pelo cargo de Presidente do País. Esse lugar funciona discursivamente como uma posição de quem sabe e tem poder, portanto direciona políticas e diretrizes através de um discurso dominante. Ao sancionar essa lei, o Presidente da República antecipa sentidos sobre o que é a instituição biblioteca, sua importância e a necessidade deste setor em todas as escolas dos municípios brasileiros.

Nesta lei, o sujeito-presidente instituiu a universalização com o intuito de garantir o acesso de crianças, jovens e adultos às bibliotecas, fornecendo informação e conhecimento como forma de inclusão social. O recorte que segue, referente ao discurso da lei, diz o seguinte:

Art.1 – As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta lei (grifos nossos).

Neste artigo o discurso contradiz a realidade. Parafraseia discursos das bibliotecas dos séculos passados: o processo de paráfrase se faz presente (o que foi dito no passado está sendo repetido hoje). Este discurso ainda não foi o suficiente para promover na íntegra o acesso, uma vez que a lei foi instituída no ano de 2010 e previa que, até 2020, haveria bibliotecas em todas as escolas públicas dos municípios brasileiros. Silva (1997, p. 53) afirma que “a maioria das escolas públicas brasileiras não possui biblioteca e as que possuem estão em estado calamitoso de funcionamento, seja em nível de organização, seja em nível de atualização de acervos”. Conforme Milanesi (1998, p. 12): “em muitos municípios brasileiros não há nada que possa ser identificado como bibliotecas [...]. Por vezes ela é um armário com alguns livros escondidos em alguma sala”.

Observa-se que o discurso nesta lei apaga e silencia outros sentidos possíveis para significar as bibliotecas. É necessário que, no discurso oficial, a biblioteca não seja apenas uma pequena sala, com alguns materiais, mas que seja significada como um importante espaço discursivo. Passemos a outro recorte:

Art.2 – Para os fins desta lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Aqui, destaca-se como o conceito de *biblioteca* é discursivizado, remetendo à ideia de que as bibliotecas são representadas apenas como “coleção de livros” ou qualquer outro material, mas não se fala em políticas públicas para gerir e disseminar tais informações. Meios que agregam a efetiva participação e interação entre bibliotecários, professores, gestão da escolar, destacando assim a importância da biblioteca dentro da escola. Enfim, atividades e projetos a serem criados e formas de se trabalhar com tais informações disponibilizando-as com coerência para fazer valer o sentido dessa biblioteca. No entanto biblioteca não deve ser citada apenas como uma coleção de livros que muitas vezes ficam parados nas estantes, apenas para indicar que aquele local é a biblioteca. Como é um local frequentado por crianças e jovens, ela pode ser representada também como local de interatividade, ação cultural e até mesmo lazer. Falando sobre a

biblioteca como espaço de lazer, Arruda (2000) mostra que a função recreativa se reverte em uma necessidade social, em que as pessoas têm o livre arbítrio de fazer suas escolhas de leitura, além do lado lúdico que pode ser desenvolvido com crianças para despertar o interesse pela leitura. Assim se faz uma biblioteca mais dinâmica, deixando de ser só uma coleção de livros e lugar a que se vai apenas para estudar. Segue o próximo recorte:

Art.3 – Os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstas nesta lei, seja efetuada um prazo de dez anos, respeitada a profissão de bibliotecário, disciplinada pelas leis 4.084, de 30 de Junho de 1962 e 9.674, de 25 de Junho de 1998 (grifos nossos).

Como no próprio discurso é citado, a lei foi instituída em 2010; portanto já se passaram mais de 10 anos, e em muitos lugares ainda faltam bibliotecas. Além disso, muitas bibliotecas são confundidas com depósitos de quaisquer livros. O bibliotecário é substituído por um outro funcionário da escola, que talvez não tenha se adaptado em nenhum setor da instituição ou por outros motivos. Em muitos lugares, professores perto de se aposentarem são designados a irem para a biblioteca, sem nenhuma noção do que podem fazer nesse setor.

Sobre esta questão, Silva (1997, p. 106) comenta que:

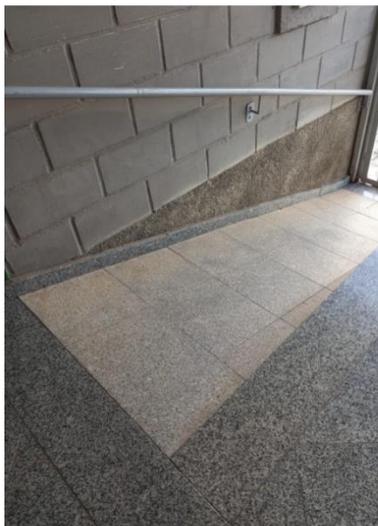
Sem o bibliotecário, com os seus conhecimentos organizacionais e de orientação, o espaço dos livros torna-se altamente caótico e tende a perecer rapidamente. Sem livros, o espaço torna-se inútil. Sem usuário, o espaço da biblioteca não se dinamiza, perde o seu valor e morre.

4.3 Silenciamentos das e nas (infra)estruturas da Biblioteca Campus Inconfidentes

Como bibliotecária desse campus faço aqui algumas observações como analista de discurso sobre o acesso de entrada da biblioteca. Esse acesso é constituído por uma escada e uma rampa como mostra a figura 1 e 2. Conforme as fotos nos mostram, essa rampa foi construída com o intuito de oferecer acessibilidade. Porém, existe nela alguns percalços que impedem o devido acesso. A rampa por ser muito inclinada e de piso escorregadio não atende de forma coerente, portanto se torna inacessível para às pessoas que têm alguma comorbidade, elas não têm autonomia e precisam de outra pessoa para auxiliá-las no acesso à biblioteca. Na minha opinião deveria passar por algumas reformas de acordo com a Lei de Acessibilidade.

A acessibilidade faz parte também das exigências do Ministério da Educação, sendo um dos indicadores para avaliação da infraestrutura do prédio das bibliotecas nas situações de fiscalização dos cursos.

Figura 1: Rampa de acesso do IFSULDEMINAS



Fonte: Autora

Figura 2: Escada de acesso a biblioteca IFSULDEMINAS



Fonte: Autora

Outro bloqueio encontrado sob à luz da Análise de Discurso são os banners fixados nas paredes da biblioteca, como mostra a figura 3, indicando que naquele lugar deve imperar sempre o silêncio, esse silêncio (ausência sonora), que impede o aluno de se comunicar com o outro em tom de voz mais alta, onde fica explícito que naquele lugar ele não tem muita liberdade para se expressar, de discutir sobre os trabalhos a serem realizados de forma mais descontraída, ficando nítido o sentido de advertência, quando a sonorização não está de acordo com o solicitado.

Figura 3: Banners de Silêncio

Fonte: Autora

O silêncio impõe uma condição, para sua permanência naquele local, afastando e desestimulando muitos sujeitos alunos/usuários irem à biblioteca. Mas ao mesmo tempo que afasta se faz necessário quando a biblioteca se torna o único local de estudos para muitos alunos. Vejo que meu local de trabalho é um lugar de estudo para muitos que não têm outro ambiente para estudar, principalmente os alunos que moram nos alojamentos da escola e têm que dividir um quarto com três ou mais colegas. Por isso saliento a importância deste ambiente ser propício e atender a todos. Sua infraestrutura deve ser planejada com espaços adequados, espaços amplos com salas especiais para que todos possam executar atividades diversas.

Outro elemento é o portal, comum nas entradas de muitos estabelecimentos, onde geralmente existe um fluxo de pessoas circulando. Ele funciona nas entradas desses locais, com sentido de reprimir àqueles que tentam sair com algo sem autorização. No caso das bibliotecas, funciona como impedimento ao aluno que queira sair com algum material bibliográfico sem efetivar com regularidade aquele empréstimo.

Figura 4: Portal Eletrônico (sensor)



Fonte: Autora

Diante das opiniões de alguns, a biblioteca se torna setor burocrático com tantas proibições, mas quando se refere aos materiais bibliográficos, essa atitude de instalação do sensor evita também possíveis perdas no acervo. Ao mesmo tempo, funciona como forma de inibição, pois muitos quando chegam à biblioteca e deparam com o sensor/portal, perguntam se podem ou não entrar com o material que está em mãos. Em alguns momentos, ele pode disparar com um simples toque, assim, os usuários se sentem constrangidos perante aos colegas presentes. A sensação é de estar fazendo algo errado, descumprindo às normas estabelecidas pela biblioteca.

Figura 5 – Número de Classificação dos Assuntos nas Estantes



Fonte: Autora

Tomemos como exemplo a classificação dos livros de literatura infanto juvenil. Cada número traz uma significação, a junção desses números se faz necessário para a formação da classificação dessa literatura. A classificação é vista por muitos como um obstáculo para encontrar nas estantes o material desejado. A ordem que deve ser seguida em meio à tantos números e letras, desestimula os alunos a percorrer as estantes. Não conseguem identificar onde está a informação desejada, precisando da ajuda de um funcionário da biblioteca, mas essa forma de organização e disponibilização do acervo se faz necessário e segue regras que são padronizadas para a maioria das bibliotecas convencionais.

Tudo isso é importante para podermos descobrir a cada dia os deslizos e silenciamentos que existem em uma biblioteca, local que divulga tanto o acesso e disseminação da informação, mas que pode ser visto por muitos como depósito de livros inacessíveis.

Assim, os sentidos de biblioteca vão sendo discursivizados perante tantas questões existentes. No entanto não existe a biblioteca idealizada, os sentidos podem ser muitos sobre o que se entende por uma biblioteca. Essas instituições podem existir sob várias formas e sentidos, elas podem ser reconhecidas em lugares diversos, sendo sempre resignificadas através de suas tipologias, tirando aquela impressão que é situada e significada apenas entre quatro paredes. Entende-se, que uma biblioteca pode estar nas ruas, nas esquinas, praças, estabelecimentos, (bibliotecas ambulantes), rodas de leituras, contação de histórias, dentre outros. Assim, vão sendo discursivizadas, por locais onde tenha pessoas interessadas a ouvir, contar uma história ou desenvolver uma infinidade de projetos, disseminando informação, conhecimento e cultura.

4.4 O silenciamento de práticas de estudo na relação com o espaço físico da biblioteca

Observa-se que o discurso sobre as bibliotecas como centro de informação e cultura, apaga e silencia outros sentidos possíveis para significar à leitura e conhecimento.

Estes espaços precisam ser adequados para que os alunos se sintam acolhidos e possam realizar suas leituras e estudos. Todas as bibliotecas deveriam ter um espaço para tal prática, mas infelizmente esta não é a realidade de muitas delas. Os alunos necessitam de salas próprias para estudos em grupo e individual. Em muitas bibliotecas o espaço é restrito, sendo em grande parte ocupado pelo acervo e mobiliário; isto impede que se tornem lugares propícios para uma leitura prazerosa. Várias bibliotecas sofrem perda de

frequentadores por não terem uma infraestrutura que comporte a demanda. Estes desafios obrigam bibliotecários cada vez mais a criar outras formas de receber os alunos. Tecnologias são usadas, como livros virtuais, e também são realizadas ações culturais fora da biblioteca, amenizando assim essa falta de espaço.

Os espaços para leitura são imprescindíveis. E o que significa acabar com eles? Faz coincidir *biblioteca e armazenamento* dos livros?

A sala de estudos individual é um espaço adaptado e necessário para o aluno estudar em um ambiente propício para quem deseja tranquilidade. A ausência do barulho é fundamental para a concentração e memorização do conteúdo estudado. A sala de estudos coletivo também faz parte da estrutura física de uma biblioteca. É um ponto de encontro de alunos, para a realização dos trabalhos solicitados pelos professores. Sem este espaço, a biblioteca deixa de exercer sua função como centro de integração e inclusão e passa ser na verdade apenas local que se armazena livros, se tornando inacessíveis, como as bibliotecas da antiguidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma reflexão sobre o percurso de constituição das bibliotecas, abordando, mais especificamente, como ela é significada em uma instituição pública de ensino. Assim, buscou-se compreender como foram instituídas e legitimadas, sua organização e funcionamento, especialmente em regulamentações. De modo geral, os sentidos de *biblioteca* foram analisados sob o olhar da Análise do Discurso de linha Francesa. A dissertação foi estruturada sobre alguns conceitos fundamentais, tais como discurso, condições de produção, ideologia, sujeito, silenciamentos etc. Após a leitura de artigos e livros relativos ao tema, percebi que as bibliotecas são discursivizadas de várias maneiras e que os sentidos sempre podem vir a ser outros. Ao longo da história, a biblioteca (que sabemos não ser uma única) pode se configurar de diferentes formas, respondendo a diferentes objetivos e fundamentos.

As análises foram se desdobrando quando comecei as leituras sobre as bibliotecas na Antiguidade, e as comparei com as atuais, também responsáveis por guardar materiais, preservar e disponibilizar *informações*. Qual seria a diferença entre *conhecimento* e *informação*? Esta discussão de alguma forma perpassa todo o trabalho. Ao administrar o acesso aos “materiais” que a biblioteca conserva, como poderíamos pensar a administração do acesso à informação, ou ainda, ao *conhecimento*?

Há, como é possível observar, o estabelecimento de uma relação metafórica, de substituição possível entre *materiais* – *informação* – *conhecimento*. Ainda que não sejam coincidentes, uma certa organização proposta permite que esta relação se estabeleça como sinonímica, corroborando a significação de *biblioteca* como lugar do conhecimento, um repositório, um arquivo das coisas a saber (PÊCHEUX, 1997). Pude perceber que os processos de linguagem, parafrásticos e polissêmicos, permitem que os sentidos sejam desbloqueados ao longo do tempo e respondam a lugares instituídos em formações sociais específicas.

Em se tratando de estruturas físicas dos prédios e modos de guarda dos materiais em estantes, por exemplo, nota-se que permanecem resquícios parafrásticos da Antiguidade. No entanto, em relação à forma de disseminação e disponibilização informacionais, embora haja restrições a alguns, já se observa um processo bastante polissêmico: os meios de gerenciar e disponibilizar tais informações são discursivizados sob várias formas e sentidos.

No espaço desta dissertação fizemos uma abordagem histórica de como eram preservadas e divulgadas as informações. Como as bibliotecas foram significadas no passado e como são representadas hoje. A análise aponta a comunicação como um processo histórico e social, que, como tal, sofre determinações e coerções de seus momentos. Se na pré-história os registros estão relacionados (hoje, ao menos) às pinturas rupestres em cavernas, com o passar do tempo este registro se modifica e se expande, e é cada vez mais administrado normativamente. É preciso que se busque cada vez mais formas seguras de registro, para que possam ser conservados, carregados e acessados. Novos materiais foram surgindo, dos blocos de argila, papiro e pergaminho às bibliotecas convencionais com seus acervos impressos no papel. E estas instituições viriam ser as responsáveis por registrar, guardar e preservar informação e, por consequência, conhecimento humano.

Com o surgimento das bibliotecas na Antiguidade e Idade Média, foram registradas na escrita da História suas mudanças e reformulações. Por vezes, eram consideradas como um lugar sagrado, a que poucos tinham acesso, ou designadas apenas como lugar de acúmulo de materiais. Com o passar do tempo e com o avanço tecnológico, podemos observar que as bibliotecas são representadas e discursivizadas de outras formas, com diferentes sentidos, por diferentes posições sujeito. As pessoas podem acessar as ferramentas disponíveis, principalmente aquelas divulgadas em meios tecnológicos – o que possibilita ao profissional comunicar-se com os usuários, disponibilizar e agilizar serviços.

Isto ampliou as possibilidades da biblioteca e do bibliotecário, que deixa de estar estritamente ligado à instituição já que as fontes de informação ultrapassam suas paredes. A partir disto, entendemos que há diferentes sentidos sobre a *biblioteca*. Como bibliotecária do IFSULDEMINAS, apresentei e analisei documentos que normatizam suas bibliotecas e que discursivizam direitos e deveres dos sujeitos-usuário, normatizam e regulamentam os serviços e/ou legitimam sua existência e todas as suas funcionalidades.

Analisei quatro documentos: a lei no. 12.244/10, a lei no. 11.892/08, o *Regimento do Sistema de Bibliotecas* e a *Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções* das bibliotecas do IFSULDEMINAS (ver Anexo). Nos documentos analisados, as bibliotecas são significadas como sendo lugar de sujeitos e de dizeres polissêmicos, uma vez que a instituição pode produzir gestos de leitura diversificados. Trabalhamos com recortes destes documentos, descrevendo o modo como são significadas ou não as bibliotecas e seus agentes. Também analisamos diferentes elementos em relação às

políticas de formação de coleções, sujeito-usuário ou leitor, tipo de público, formas como os discursos circulam nestes documentos e funcionam produzindo sentidos. Em alguns documentos, deparamo-nos com sentidos que se alinham à formação discursiva dominante, ao enunciarem sobre a precariedade ou a falta de bibliotecas escolares em alguns lugares, e também outras, marcadas pelo silêncio em seu espaço por várias formas de repressão ao sujeito-usuário ou falta de algum material relevante informacional. Analisamos discursivamente movimentos do sujeito aluno/leitor e também seus direitos e deveres. Além destes sentidos, notamos também aqueles referentes à idealização da biblioteca e de normatização de como ela deve ser.

Esperamos que tenha se tornado patente a polissemia da palavra *biblioteca* e a sua relação com a instituição pública. Procuramos sustentar neste trabalho os diferentes sentidos delineados para esta unidade de materiais, conhecimento e informação, seus objetivos e formas de constituição no imaginário social. Mostramos que os sentidos de biblioteca não são fixos, estão sempre se deslocando.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DO BRASIL. **Retratos da leitura no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-05/leitura-e-habito-de-56-da-populacao-indica-pesquisa>. Acesso em: 13/06/2021.

ARRUDA, Guilhermina Melo. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, 19, 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2000. Disponível em: <dici.ibict/archive/00000734/01>. Acesso em: 12/05/2021.

AURÉLIO. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/biblioteca>. Acesso em: 13/01/2021.

BAGANHA, F. **Novas Bibliotecas, novos conceitos**. 2004. Disponível em: <<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/616/1/93-97FCHS2004-11.pdf>>. Acesso em 01/10/2020.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

BARBIER, F. **A Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da Modernidade Ocidental**. 1ª ed. Edusp. São Paulo, 2018.

_____. **História das Bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais**. 1ª ed. Edusp. São Paulo, 2019.

_____. **O Que é Biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 94).

BATTLES, M. **A Conturbada História das Bibliotecas**. Editora Planeta. São Paulo, 2003.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. 1ª Zahar. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul De Minas Gerais.

Conselho Superior. **Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSULDEMINAS**. Pouso Alegre, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/ygt67s6w>. Acesso em: 08/06/2021.

_____. **Resolução nº 016/2013, de 29 de abril de 2013**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Sistema de Bibliotecas - SIB, do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre: 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/ygspdv74>. Acesso em: 08/06/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892**, de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 14 /05/2020.

_____. **Lei 12.244** de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 14/05/2020.

_____. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017 - Disponível em: <https://tinyurl.com/ydpssbmt>. Acesso em: 14/05/2020.

_____. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Portal Ministério da Educação. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/centenario-da-rede-federal/centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 15/07/2020.

_____. **Histórico da Rede de Institutos Federais do Brasil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 15/07/2020.

CASSON, L. **Bibliotecas no Mundo Antigo**. 1ª ed. Vestígio. São Paulo, 2018.

CHARTIER, Roger. In: leitor entre limitação e liberdade. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998, p.77-79.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002. 150 p.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=cunha+2010+bibliotecas+universit%C3%A1rias&rlz=1C1CA>. Acesso em: 13/06/2021

CORREIO DO ESTADO. **Biblioteca Itinerante incentiva leitura em espaços públicos**. 2015. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/biblioteca-itinerante-incentiva-habito-de-leitura-em-espacos/250128>>. Acesso em: 01/10/2020.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: UFSCAR, 2009.

CURY, Maria Catarina; RIBEIRO, Maria Solange Pereira; OLIVEIRA, Nirlei Maria. **Bibliotecário Universitário: representações sociais da profissão**. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 86-98, 2001.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. **Edifícios para Bibliotecas universitárias: perspectivas e diretrizes a partir da avaliação pós-ocupação**. 2007. 550 f Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yeg3tdrm>>. Acesso: 09/06/2021.

FLUSSER Vitor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia** – UFMG. Belo Horizonte. v.9., n.2, 1980. p.131-138, 1980 <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16030>>. Acesso em: 17/06/2021.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAGAZZI, S.; ORLANDI, E. P. (Orgs) **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade**, Campinas: Pontes, 2006.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LYONS, M. **Livro: uma história viva**. 1ª ed. Editora Senac. São Paulo, 2011.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; MACIEL, Alba Costa. **Biblioteca como organização**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

MENDONÇA, Roberto. **Biblioteca**. BRASIL: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/ydq94xtb>. Acesso em: 10/052020.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998, 106 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2007, 59 p.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**. 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551> - Acesso em: 15/07/2020.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de Informação e Comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abril 2004. < <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000100014> > .

OLIVEIRA, Nirlei Maria. **A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidades do MEC: uma análise preliminar**. 2002. Disponível em: <https://tinyurl.com/ydtryro3>. Acesso em: 14/05/2019.

PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura: Da História no Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. pp. 49-59.

PELA, Mary Arlete Payão. A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão: a perspectiva de graduandos com deficiência visual. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.cidadesp.edu.br/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2006/mary_arlete_payao.pdf>. Acesso em: 14/05/2019.

PINHO, A. C.; MACHADO, A. L. História e Origem das bibliotecas. SEED/PR, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/yghtltpj>. Acesso em: 15/07/2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2013.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Discursos e leitura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2ª ed., rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Recortar ou segmentar? In ORLANDI, Eni P. **Linguística: Questões e Controvérsias**. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

_____. PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988

PERGAMUM, **Sistema de gerenciamento de bibliotecas**. Apresenta o Sistema Pergamum com todas as instituições que participam da REDE PERGAMUM. Disponível em: <http://www.pergamum.pucpr.br>. Acesso em: 20/05/2021.

RAMALHO, Maria Olinda Horta. O silêncio na biblioteca escolar: necessidade ou mito? **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, n. 1, v. 3, 1988.

ROWLEY, Jennifer. **Informática para bibliotecas**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

SILVA, Shirley C. M., et al. Serviço de coleções especiais da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina: estágio curricular. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 9, p. 134-140, 2004. Disponível em: < <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=102>>. Acesso em: 23/03/2021.

SILVA, Ezequiel. T. **Leitura e realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de biblioteconomia no Brasil. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação**, 9, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008.

VERGUEIRO, Waldomiro C. S. **Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções**. Revista de biblioteconomia de Brasília, v.15, n.2, 1987, p.199.

ANEXOS

Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010

Lei 11892/08 | Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Art. 1o Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
- IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 2o Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

- § 1o Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.
- § 2o No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.
- § 3o Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por

eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3o A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei no 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4o As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Seção I

Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5o Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1º As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2º A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3o A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4o As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5o A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

Seção II

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6o Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7o Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8o No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei, e o mínimo de

20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7o.

§ 1o O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2o Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei.

Seção IV

Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9o Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1o As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2o O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3o O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4o O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. Citado por 1

§ 1o Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

§2o A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1o Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§2o O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§3o Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13. Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1o Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2o O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1o deste artigo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1o Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

§ 2o Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1o do art. 13 desta Lei.

§ 3o O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1o Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2o A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir; III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19. Os arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei no 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

..... "(NR)

"Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I - 38 (trinta e oito) cargos de direção - CD-1;

.....

IV - 508 (quinhentos e oito) cargos de direção - CD-4;

.....

VI - 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas - FG-2.

..... "(NR)

"Art. 4º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

..... "(NR)

"Art. 5o Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

..... "(NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2008

Biblioteca Professor Afonso Arinos de Melo Franco | Regulamento Interno

CAPÍTULO I DO ACERVO

- Art. 1 - O acervo da biblioteca do IFSULDEMINAS - Câmpus Inconfidentes é formado por:
- I. Livros, folhetos, apostilas, trabalhos acadêmicos;
 - II. Obras de referência (almanaques, atlas, manuais, dicionários, mapas e outros);
 - III. Periódicos (revistas técnicas, revistas científicas e jornais);
 - IV. Audiovisuais (CD, VHS, DVD).

CAPÍTULO II DOS USUÁRIOS

- Art. 2 - São considerados usuários da biblioteca:
- I. Corpo discente, composto pelos alunos regularmente matriculados no IFSULDEMINAS;
 - II. Corpo docente, composto pelos professores efetivos e temporários da Instituição;
 - III. Corpo técnico-administrativo;
 - IV. Funcionários terceirizados, composto por servidores de empresas prestadoras de serviços junto à Instituição e
 - V. Comunidade externa, apenas para consulta interna.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Art. 3 - Serão inscritos com a finalidade de retirar material emprestado da biblioteca, os usuários que possuem vínculo com o IFSULDEMINAS, conforme Art. 2, incisos I a IV

Art. 4 - Os discentes deverão apresentar a “carteirinha estudantil”, para efetuar a inscrição.

Art. 5 - O docente, o técnico-administrativo e o funcionário terceirizado devem apresentar o crachá de identificação funcional para efetuarem a inscrição.

Parágrafo único: A comunidade externa deve apresentar seu Registro Geral (RG), para terem acesso à biblioteca e seu respectivo acervo.

CAPÍTULO IV DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Art. 6 - A inscrição do usuário poderá, a qualquer momento, ser cancelada se constatada a irresponsabilidade e ou indisciplina do usuário.

Art. 7 - Os usuários que se desvincularem do IFSULDEMINAS terão suas inscrições canceladas automaticamente.

CAPÍTULO V DOS DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 8 - São deveres dos usuários:

- I. Apresentar o documento de identificação, conforme Art. 4 e Art. 5 nas rotinas de empréstimos, renovações e sempre que solicitado pelo funcionário da biblioteca;
- II. Em caso de extravio ou perda dos documentos citados no inciso anterior, o usuário deverá informar à biblioteca e solicitar nova via junto ao setor competente;
- III. Comunicar qualquer alteração de seus dados cadastrais;
- IV. Devolver o material emprestado, no mesmo estado de conservação que o retirou da biblioteca, no prazo ou deverá solicitar renovação, se permitida;

- V. Manter o ruído proveniente da comunicação em um nível suficiente para atender suas necessidades de comunicar-se, sem interferir nas atividades dos demais usuários, principalmente nas áreas destinadas ao estudo;
- VI. Não utilizar equipamentos e aparelhos sonoros ou qualquer outro objeto que venha interferir nas atividades dos demais usuários;
- VII. Verificar no ato da devolução, se a mesma foi devidamente registrada;
- VIII. Comunicar imediatamente à coordenação da biblioteca, a eventual perda do material sob sua responsabilidade ou danos observados neste;
- IX. Indenizar a biblioteca por perda de obras e danos a elas causados;
- X. Não consumir bebidas e alimentos nas dependências da biblioteca;
- XI. É dever do usuário manter o local de estudo limpo e organizado, deixando sobre as mesas as obras utilizadas em consulta interna, para que os auxiliares as recolorem nas estantes;
- XII. Colaborar com a conservação, organização e higiene dos ambientes utilizados coletivamente e zelar pelo patrimônio da biblioteca;
- XIII. É proibido marcar, dobrar páginas ou fazer anotações, arrancar partes de quaisquer materiais que compõem o acervo da biblioteca.
- XIV. Não será permitida a entrada de usuários na área de estudo da biblioteca portando bolsas, pacotes, sacolas, pastas de notebooks, mochilas, ou similares, devendo ainda submeter o material de sua posse que entrar na biblioteca ou o que dela estiver retirando, ao controle do servidor na saída, sem negar-se a atender a solicitação do mesmo.

Parágrafo único: Os discentes, docentes, técnico-administrativos, funcionários terceirizados, respectivamente, em caso de perda ou extravio da carteira estudantil ou crachá institucional, deverão apresentar um documento de identidade para fazer uso dos serviços prestados pela biblioteca, até que uma segunda via do documento próprio seja confeccionado.

CAPÍTULO VI DA CIRCULAÇÃO DO ACERVO

Art. 9 - A consulta ao acervo e/ou o acesso ao espaço de leitura da biblioteca é permitido ao público em geral. Todo material consultado deverá ser deixado sobre a mesa mais próxima, cabendo aos auxiliares da biblioteca recolocá-lo nas estantes.

Art. 10 - O empréstimo domiciliar de materiais será realizado, conforme a categoria do usuário:

- I. Corpo discente: poderá retirar até 03 obras, permanecendo com estas por período de até 7 dias;
- II. Corpo docente: poderá retirar até 05 obras, permanecendo com estas por período de até 14 dias;
- III. Corpo técnico administrativo: poderá retirar até 05 obras, permanecendo com estas por período de até 14 dias.
- IV. Funcionários terceirizados: poderão retirar até 05 obras, permanecendo com estas por período de até 14 dias.
- V. Discentes de pós-graduação: poderão retirar até 03 obras, permanecendo com estas por período de até 14 dias.

Parágrafo único. Para fins de empréstimo, contabilização de multa e suspensão, os dias serão contabilizados ininterruptamente.

Art. 11 - O usuário que se enquadrar em mais de um perfil deverá optar por apenas um deles no ato de seu registro na biblioteca.

Art. 12 - O usuário poderá efetuar o empréstimo de apenas um exemplar da mesma obra.

Parágrafo único. Considera-se exemplar da mesma obra os itens de um mesmo autor, com idênticos títulos e datas de edição.

Art. 13 - As obras de referência, de consulta local e periódicos destinam-se, exclusivamente, à consulta interna.

Parágrafo único: Fica a critério da Coordenação da Biblioteca definir a quantidade de exemplares e prazos de empréstimos para obras que compõem a Coleção Especial, conforme demanda de seu câmpus.

Art. 14 - O material com elevada procura poderá ser remanejado para a consulta interna a pedido das respectivas coordenações de curso, conforme critérios a serem definidos pela Coordenação da Biblioteca.

Art. 15 - O empréstimo ficará sob a inteira responsabilidade do usuário que o efetuou.

Art. 16 - Fica automaticamente suspenso o empréstimo domiciliar ao aluno que solicitar trancamento de matrícula.

Art. 17 - Não poderá ser retirado da biblioteca material sem empréstimo formalizado.

CAPÍTULO VII DA RENOVAÇÃO, RESERVA E DEVOLUÇÃO

Art. 18 - A renovação do empréstimo será realizada por meio online, por até 05 vezes, após este período o aluno deve devolver a obra a biblioteca.

Art. 19 - Qualquer renovação somente será efetuada caso o usuário não apresente pendências (itens em atraso, débito de qualquer natureza) em seu registro junto à Biblioteca e desde que o material não esteja reservado para outro usuário.

Art. 20 - As reservas serão registradas e atendidas, rigorosamente, na ordem em que forem efetuadas no software da biblioteca.

Art. 21 - Cabe ao usuário a responsabilidade de verificar, diariamente, através do e-mail, cadastrado no ato de sua inscrição na biblioteca, se a obra reservada já encontra-se disponível.

A obra reservada ficará à disposição do solicitante por 24 (vinte e quatro) horas. Caso não seja retirada nesse prazo, o material reservado passará ao usuário seguinte da lista de reservas ou retornará à estante, não havendo outra solicitação para o mesmo item.

Art. 22 - Não será permitida a reserva de obras que estejam disponíveis no acervo e/ou que estejam de posse do usuário requerente.

Art. 23 - A obra retirada através de empréstimo deverá ser devolvida na biblioteca, onde foi efetuado o empréstimo, dentro do prazo determinado.

Parágrafo único. As obras deverão ser entregues no balcão de atendimento da biblioteca para o registro da devolução, não podendo, portanto ser deixadas nas dependências da biblioteca. Este procedimento é obrigatório para que se confirme a devolução e não gere pendências para o usuário.

CAPÍTULO VIII DAS PENALIDADES

Art. 24 - Os usuários das Bibliotecas que compõem o SIB-IFSULDEMINAS estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme os casos previstos neste regulamento:

- I. Multa calculada por obra emprestada e por dias de atraso;
- II. Impedimento da retirada de novos empréstimos até a apresentação da Guia de Recolhimento da União (GRU) quitada, ao atendente da Biblioteca;
- III. Reparos e/ou Reposição de obras e qualquer material pertencente à biblioteca.

Art. 25 - As multas terão seus valores propostos pela Coordenação da Biblioteca do IFSULDEMINAS, aprovadas pelo Conselho Superior e cobrados pela (GRU).

Parágrafo único: O valor da multa será único para todas as Bibliotecas que compõem o SIB-IFSULDEMINAS.

Art. 26 - Em caso de perda, extravio ou qualquer dano físico provocado nas obras sob sua responsabilidade, o usuário ficará obrigado à reposição de material idêntico ou de edição mais recente no prazo de 30 dias, a contar da data de notificação emitida pela Coordenação da Biblioteca.

Parágrafo único. No caso de estragos reparáveis, o responsável deverá pagar a restauração em casa especializada, indicada pela Coordenação da Biblioteca. Não serão aceitas cópias reprográficas e/ou marcadas para reposição de obras perdidas ou danificadas.

Art. 27 - O usuário ficará inabilitado a realizar novos empréstimos enquanto houver pendências em seu cadastro.

CAPÍTULO IX DAS COBRANÇAS E COMUNICADOS

Art. 28 - A Biblioteca poderá utilizar-se dos seguintes meios de comunicação para entrar em contato com o usuário a fim de comunicar atrasos nas devoluções ou outras informações de interesse da biblioteca e/ou do usuário:

- I. E-mail;
- II. Telefone; III. Carta.

CAPÍTULO X DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 29 - As Bibliotecas que compõem o SIB-IFSULDEMINAS funcionarão de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h e aos sábados conforme demanda do câmpus.

Parágrafo único. Este horário poderá ser readequado a qualquer tempo visando atender às necessidades do câmpus e da biblioteca, tais como períodos de férias escolares, ausências de servidores, execução de atividades diversas como reorganização do acervo, realização de inventários, entre outras.

CAPÍTULO XI DA EMISSÃO DO COMPROVANTE DE “NADA CONSTA”

Art. 30 - O Comprovante de “Nada Consta” será emitido para atender às solicitações da própria Instituição ou do usuário, quando não existirem pendências junto à biblioteca.

Art. 31 - Qualquer pendência verificada impedirá a Coordenação da Biblioteca de emitir o “Nada Consta”, devendo ser regularizada a situação para que se proceda a sua emissão.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 – Empréstimos especiais ficarão a cargo da Coordenação da Biblioteca.

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação da Biblioteca.

Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Inconfidentes/MG, 06 de maio de 2015.

Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSULDEMINAS

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A política de formação e desenvolvimento de coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) tem como objetivo definir e implementar critérios para o desenvolvimento de coleções e a atualização do acervo de suas bibliotecas.

Capítulo II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos definidos na política de desenvolvimento de coleções:

- I. estabelecer normas para seleção e aquisição de material bibliográfico;
- II. disciplinar o processo de seleção, tanto na quantidade como na qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;
- III. atualizar permanentemente o acervo, permitindo seu crescimento e equilíbrio nas áreas de atuação da instituição;
- IV. direcionar o uso racional dos recursos financeiros;
- V. determinar critérios para duplicação de títulos;
- VI. estabelecer prioridades para a aquisição de material;
- VII. estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- VIII. traçar diretrizes para o descarte do material;
- IX. traçar diretrizes para a avaliação das coleções.

Capítulo III DA FORMAÇÃO DO ACERVO

Art. 3º - O acervo será constituído com recursos orçamentários e deverá contemplar os diversos tipos de materiais, independente do suporte físico, servindo de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFSULDEMINAS, além de manter a memória da Instituição, tais como:

- I. livros, folhetos etc.;
- II. periódicos (revistas, jornais, anais, relatórios etc.);
- III. normas técnicas;
- IV. documentários, vídeos técnicos etc.;
- V. materiais iconográficos;
- VI. materiais cartográficos;
- VII. obras de referência (dicionários, enciclopédias, handbooks etc.);
- VIII. trabalhos acadêmicos - TCC's (trabalhos de conclusão de curso), dissertações e teses; produção científica (artigos em periódicos especializados, publicação em anais de evento etc.); coleções especiais (obras raras, documentos da memória dos câmpus).

Art. 4º - Para se obter um aproveitamento coerente das atividades de seleção, aquisição e descarte de materiais a coleção pode ser dividida da seguinte forma:

- I. **Nível geral:** compreende as obras de consulta e uso corriqueiro tais como: livros, periódicos, revistas corrente, dicionários, sumários, resumos, abstracts e jornais diários;
- II. **Nível de ensino:** livros, periódicos e materiais multimeios, especializados que permitam o suporte às atividades de ensino – aprendizagem nos cursos de ensino médio, pós-médio e graduação, levando prioritariamente em consideração as bibliografias básicas indicadas nas disciplinas;
- III. **Nível de pesquisa:** trata-se das obras de cunho científico mais aprofundado, voltado para a elaboração de projetos, relatórios, pesquisas científicas e trabalhos de conclusão de curso. É constituído de monografias, teses e dissertações.

Capítulo IV DAS FONTES DE SELEÇÃO

Art. 5º - Serão utilizadas como fontes de seleção:

- I. bibliografias gerais e especializadas;
- II. diretórios de periódicos;
- III. sugestões de usuários (docentes, discentes e técnico-administrativos);
- IV. sites de editoras, livrarias e bibliotecas.

Art. 6º - Serão consideradas fontes potenciais para sugestão de seleção seguindo ordem de prioridade:

- I. Sugestão de professores;
- II. Sugestão de servidores da Biblioteca;
- III. Sugestão dos demais servidores técnicos administrativos;
- IV. Sugestão de alunos e usuários externos;
- V. Catálogos, listas e propagandas de editores e livreiros das áreas trabalhadas no instituto;
- VI. Sites de editoras, de livrarias e temas especializados trabalhados nos instituto.

Parágrafo único: o servidor solicitante da obra literária deverá elaborar a descrição completa (autor(es), título, subtítulo, editora, local da edição, número da edição, ano publicação e número de páginas) e indicar o curso que a empregará e as três cotações atualizadas de cada obra a ser adquirida.

Capítulo V DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 7º - A seleção do acervo bibliográfico deve obedecer aos seguintes critérios:

- I. adequação aos projetos pedagógicos dos cursos do IFSULDEMINAS;
- II. adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- III. autoridade do autor e/ou editor;
- IV. atualidade;
- V. quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- VI. cobertura/tratamento do assunto;
- VII. qualidade técnica;
- VIII. custo justificado;
- IX. acessibilidade ao idioma;

- X. número de usuários potenciais;
- XI. condições físicas do material
- XII. conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes.
- XIII. trabalhos acadêmicos (TCC's, dissertações e teses) que estejam de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Capítulo VI DA SELEÇÃO QUALITATIVA

Art. 8º - Com o objetivo de garantir a qualidade do processo de seleção do acervo bibliográfico recomenda-se observar:

- I. a atualização das bibliografias básicas das disciplinas periodicamente;
- II. as sugestões de materiais feitas pelos usuários;
- III. cursos em implantação e/ou em fase de reconhecimento e reformulações curriculares.

Capítulo VII DA SELEÇÃO QUANTITATIVA

Art. 9º - Com o objetivo de atender a demanda de empréstimos domiciliares:

- I. **Bibliografia básica:** Entende-se aqui bibliografia básica como o conjunto de materiais informacionais de leitura essencial, previsto no plano de curso de cada disciplina. Cabe ao corpo docente a seleção da bibliografia básica. Quanto aos livros de bibliografia básica, essa política estabelece que o número de exemplares deva ser calculado de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos do INEP/MEC.
- II. **Bibliografia complementar:** A bibliografia complementar é o conjunto de materiais informacionais não pertencentes à bibliografia básica, que servem de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como ao desenvolvimento e à atualização das atividades administrativas. Quanto aos livros de bibliografia complementar essa política estabelece que o número de exemplares deva ser calculado de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos do INEP/MEC.
- III. **Materiais informacionais extras aos planos de cursos:** Os materiais informacionais extras aos planos de cursos são aqueles pertencentes a qualquer área do conhecimento humano, que não fazem parte dos planos de cursos, mas atendem às necessidades dos usuários de modo geral (entretenimento, cultura geral etc.). Os usuários (servidores, discentes e comunidade em geral) poderão sugerir títulos classificados nesta categoria. Cabe à Comissão de Seleção e Aquisição a avaliação dessas sugestões, baseando-se no perfil da comunidade a qual serve. Neste caso, serão adquiridos no mínimo dois exemplares 02 (dois) exemplares de cada título.
- IV. **Coleção de referência:** composta por enciclopédias, dicionários, handbooks entre outros; são publicações de pesquisas rápidas, seu acesso é livre para todos os usuários, porém a consulta é local. A seleção da coleção de referência é de competência dos bibliotecários e sendo que a indicação da aquisição será feita através de consultas aos especialistas no assunto/área e de solicitações dos diversos departamentos/setores. Neste caso, serão adquiridos no mínimo 01 (um) exemplar de cada título. Dependendo da demanda, a biblioteca poderá adquirir mais exemplares, como no caso de dicionários bilíngues, técnicos de área específica entre outros.

- V. **Periódicos Técnico-científicos:** Os periódicos técnico-científicos são os que publicam, com regularidade, artigos de literatura especializada. Cabe ao corpo docente indicar sugestões de periódicos, dando prioridade àqueles que serão utilizados nas ementas das disciplinas, sinalizando a seleção dos periódicos técnico-científicos necessários para atualização. Contudo, cabe a biblioteca consultar se os títulos dos periódicos selecionados estão disponíveis, com texto na íntegra, no Portal de Periódicos da Capes, possibilitando a análise da real necessidade da aquisição do periódico impresso. Neste caso, recomenda-se os instrumentos de avaliação disponibilizados pelo INEP/MEC.

Parágrafo único: A Comissão de Seleção e Aquisição será composta pelo Coordenador Geral de Ensino (CGE), 1 (um) bibliotecário, 1 (um) representante docente indicado pelas coordenadorias de cursos técnicos, 1 (um) representante docente indicado pelas coordenadorias do cursos superiores, 1 (um) representante técnico administrativo indicado pela Comissão Interna do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos (CIS) local e 1 (um) representante discente, publicada por Portaria da direção geral do câmpus. Esta comissão será renovada anualmente.

Art. 10 - São fatores considerados na seleção da aquisição dos periódicos técnico-científico:

- I. periódicos de referência nas diversas áreas do conhecimento dos cursos que a Instituição oferece;
- II. periódicos cujos títulos fazem parte da bibliografia básica;
- III. periódicos que deem suporte aos conteúdos programáticos e/ou propostas pedagógicas;
- IV. periódicos para atendimento a cursos novos ou em fase de reconhecimento e reconhecimento;
- V. periódicos necessários ao desenvolvimento de pesquisas, desde que estejam vinculadas à Instituição.
- VI. periódicos sugeridos pelos usuários.
- VII. periódicos estrangeiros, prioritariamente aos que estão citados nas ementas dos cursos.

Art. 11 - Com relação às novas assinaturas, deve-se levar em conta o número de periódicos na mesma área já disponíveis na coleção. Quanto aos periódicos eletrônicos deve-se observar a facilidade de acesso simultâneo, a possibilidade de backup após o termino e a cobertura da assinatura.

Parágrafo único: Periodicamente, a biblioteca deverá avaliar a sua coleção de periódicos correntes, através de estatísticas de uso, a fim de colher subsídios para a manutenção ou cancelamento das assinaturas.

Art. 12 - Quanto a seleção de periódicos de caráter informativo (jornais e revistas) a biblioteca deverá possuir em seu acervo duas ou mais assinaturas de jornais de grande circulação e no mínimo duas assinaturas de revistas adequadas à proposta pedagógica dos cursos e a missão da instituição. A seleção de periódicos de caráter informativo é de competência da biblioteca, que deve realizar pesquisa do perfil dos usuários e consultas ao corpo docente. Neste caso, o material deverá ser desbastado dentro de uma semana e descartado logo após um ano.

Art. 13 - Quanto à seleção dos materiais iconográficos (gravuras, fotografias etc.), cartográficos (mapas, globos terrestres, cartas náuticas etc.) e multimídia (CD-Roms, DVDs, fitas de vídeo, etc.), quando pertencerem à bibliografia básica, complementar ou quando forem utilizados nas diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, serão adquiridos no mínimo 01(um) exemplar a 03 (três) exemplares de cada título, a fim de compor o acervo da biblioteca.

Art. 14 - As coleções especiais serão constituídas por obras raras (incunábulo, obras esgotadas, obras autografadas etc.) e, principalmente, por materiais informacionais que relatam a história da Instituição (recortes de revistas e jornais, vídeos, fotografias etc.) A seleção de coleções especiais é de competência da biblioteca. Esta Política não estabelece critérios quantitativos quanto a esse item, cabendo a cada biblioteca essa definição.

Art. 15 - Para seleção das bases de dados que segundo Medeiros (2012) é: " o conjunto de dados ordenados em arquivos legíveis por máquina que possibilita acesso rápido e automático a referências bibliográficas, resumos de documentos, dados estatísticos extraídos de periódicos, monografias, conferências, relatórios etc. Para tal serão adotados os seguintes critérios:

- I. bases de dados que possuam cobertura nos assuntos das áreas de conhecimento dos cursos ofertados;
- II. bases de dados avaliadas positivamente pela equipe de bibliotecários e pela coordenação de cada curso, levando em consideração a sua necessidade nos programas de aprendizagem e a relação custo-benefício;
- III. preferência para a aquisição de bases de dados que apresentem texto integral e em português.

Parágrafo único: O quantitativo quanto a esse item, será definido pela Coordenação da Biblioteca junto a Direção de Ensino, conforme demanda.

Art. 16 - Os trabalhos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso (TCC's), dissertações e teses) serão incluídos no acervo na quantidade de 01 (um) exemplar de cada título, desde que tenham sido elaborados de acordo com as normas da ABNT, cabendo à rede de bibliotecas do IFSULDEMINAS elaborar diretrizes quanto ao formato (impresso ou digital) e disponibilização dos documentos. Estes materiais deverão ser inclusos, integralmente, em arquivo PDF, no catálogo online ou em um repositório da Instituição, com consentimento do autor, mediante assinatura do formulário que permite a liberação dos direitos autorais à Instituição (ANEXO B).

Art. 17 - O livro didático enviado pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD é destinado ao uso individual de alunos e professores, portanto serão incorporados ao acervo da Biblioteca apenas dois exemplares de cada título de cada disciplina, para fins de consulta local.

Art. 18 - O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas. A cada novo triênio os livros serão descartados e novos títulos incorporados ao acervo.

Parágrafo único - A distribuição, guarda e controle do livro didático não é responsabilidade da biblioteca.

Capítulo VIII DA AQUISIÇÃO

Art. 19 - É o processo de obtenção de itens do acervo da biblioteca. Existem três modalidades de aquisição: compra, permuta e doação.

- I. **Compra:** o processo de compra de materiais informacionais será realizada através de licitações e compra direta por inexigibilidade, obedecendo à legislação específica.
- II. **Permuta:** consiste em trocar obras em duplicatas com outras bibliotecas congêneres, com o objetivo de enriquecer o seu acervo. A Permuta poderá ser realizada entre as bibliotecas do SIB-IFSULDEMINAS, mediante anuência da Direção dos Campus envolvidos e efetuando a transferência do registro patrimônio, junto ao setor responsável.
- III. **Doação:** a biblioteca poderá dispor das doações recebidas, incorporando-as ao acervo caso estejam adequadas às diretrizes deste documento. O bibliotecário responsável poderá doá-las, permutá-las ou, até mesmo, descartá-las. Os critérios para seleção de doações são os mesmos utilizados para a seleção de material adquirido por compra, descritos anteriormente. Além desses critérios serão observados também os seguintes aspectos: estado de conservação do material, atualização do material e pertinência ao acervo.

Parágrafo único - Toda e qualquer doação incorporada ao acervo, não poderá ser devolvida. É necessário que o doador preencha e assine o formulário de doação de materiais (ANEXO A).

Art. 20 - O SIB - IFSULDEMINAS estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material:

- I. obras da bibliografia básica das disciplinas dos cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS;
- II. obras da bibliografia complementar dos cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS;
- III. obras de referência;
- IV. obras de interesse da comunidade usuária que não constem nas bibliografias.

Parágrafo único - Não serão aceitos xerox de materiais bibliográficos de acordo com o Art. 29 da Lei de Direito Autoral, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 21 - A aquisição de materiais para a biblioteca deverá necessariamente passar pelos critérios de seleção quantitativa e qualitativa. Para efeito de organização da seleção de materiais, cada coordenador de cada curso deverá enviar, dentro de prazo especificado, uma tabela única onde os livros da bibliografia básica e complementar deverão estar discriminados em formato de referência bibliográfica conforme norma da ABNT vigente, numerados em ordem crescente e com as respectivas quantidades estabelecidas para cada item agrupados por área, e tipo de material (multimeios).

Capítulo IX DA ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

Art. 22 - A atualização do acervo será realizada mediante avaliação realizada por bibliotecários e os coordenadores de curso, levando em consideração os seguintes critérios:

- I. desatualização teórica das disciplinas;
- II. edições mais recentes que sejam relevantes para o acervo; III. sugestões de novas aquisições.

Capítulo X DO DESBASTAMENTO

Art. 23 - Processo de retirada de itens inativos do acervo, o desbaste é um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da coleção, que ocorre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção. Este procedimento tem como objetivo otimizar o espaço físico do acervo, fazendo com que materiais sem uso ou de pouco uso possam dar lugar a materiais mais demandados. Deve ser feito de acordo com as necessidades das Bibliotecas do IFSULDEMINAS, com as participações dos docentes. O Desbastamento é realizado após criteriosa avaliação levando-se em conta:

- I. exemplares que não tenham sido consultados ou emprestados nos dois últimos anos serão retirados do acervo, deixando-se apenas um exemplar, após a consulta do coordenador do curso, se o acervo referir-se às bibliografias básica ou complementar;
- II. materiais que não estejam em bom estado de conservação: rasgados, manchados, com páginas ausentes ou com agentes bacteriológicos, deverão ser encaminhados para reparo ou restauro.
- III. coleção de periódicos encerrada e sem demanda: neste caso considera-se a superação da periodicidade do material caso ele seja corrente. Para periódicos técnicos e científicos considerar 2 anos sem demanda para desbaste e no caso de periódicos de informações gerais como jornais, revistas, boletins e informes considerar 1 semana para desbaste logo após o período de vigência do mesmo.

Art. 24 - O desbastamento poderá ser feito em duas etapas:

- I. remanejamento: é a transferência dos itens retirados do acervo para um depósito provisório;
- II. descarte: é o processo pelo qual, após ser avaliado criteriosamente, o material é retirado ou devolvido ao acervo.

Capítulo XI DO DESCARTE

Art. 25 - A Biblioteca não poderá reter todo material adquirido ao longo de sua existência, por razões de espaço e manutenção da qualidade. A retirada definitiva de alguns materiais informacionais, não mais utilizados pelos usuários, ou em precário estado de conservação é imprescindível para a otimização do acervo.

Art. 26 - Anualmente o Bibliotecário realizará uma análise do acervo e se julgar necessário realizar o descarte, após anuência da direção geral do Câmpus. Para fins de descarte, devem ser considerados os seguintes critérios:

- I. obsolescência (conteúdo ultrapassado);
- II. idioma (pouco acessível);
- III. circulação (até cinco anos sem solicitação);
- IV. condições físicas (em estado de má conservação: contaminados por fungos, faltando páginas/folhas, folhas rasgadas ou desgastadas etc.);
- V. duplicatas (número excessivo de exemplares não condizentes com a demanda);
- VI. inadequação (conteúdos não interessantes à Instituição);
- VII. multimeios que estejam sem condições propícias de uso: danificados, manchados, com informações omissas, em idiomas de difícil compreensão e mídias sem condições de funcionamento;
- VIII. livros ou periódicos consumíveis, exemplares do professor, materiais fotocopiados ou parcialmente fotocopiados.

§ 1º. Para o descarte de periódicos poderá ser criada uma Tabela de Temporalidade, observando-se, além do uso, os critérios previamente estabelecidos nesta Política.

§ 2º. O descarte de todas e quaisquer obras deverá ser informado ao setor de patrimônio do câmpus, para que a baixa do registro patrimonial possa ser realizada.

§ 3º. O setor de patrimônio deverá colocar as obras para doação por um período de 6 meses e, após, descarte definitivo.

Capítulo XII DO INVENTÁRIO

Art. 27 - O inventário é a conferência dos itens que compõem o acervo da Biblioteca, sendo também, um procedimento para certificar a integridade do referido acervo apoiado na Política de Desenvolvimento de Coleções. Recomenda-se realizar o inventário anualmente. Ele é um instrumento importante para a tomada de decisões em relação ao acervo: seleção, aquisição, desbastamento, descarte entre outros.

Art. 28 - Para a manutenção da qualidade dos acervos das Bibliotecas que compõem a SIBIFSULDEMINAS, será feito anualmente, mais especificamente no período das férias letivas, as atividades de inventário para contabilizar os itens da biblioteca e o levantamento estatístico para estabelecer a porcentagem de material existente em cada área do conhecimento. A partir daí poder-se-á confrontar estes dados com os cursos oferecidos na instituição. Diante destes resultados é que serão estabelecidas as novas aquisições a fim de cobrir às áreas desprovidas. Outro ponto observado será as estatísticas de empréstimos e consultas, através deste levantamento serão estabelecidos quais títulos e quais tipos de materiais serão duplicados ou colocados em desbaste.

Capítulo XIII DA AVALIAÇÃO DA COLEÇÃO

Art. 29 - As Bibliotecas do IFSULDEMINAS deverão proceder à avaliação do seu acervo periodicamente, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos a fim de assegurar o alcance de seus objetivos.

Capítulo XIV DO ORÇAMENTO

Art. 30 - As Bibliotecas do IFSULDEMINAS receberão anualmente 3,5% do orçamento do Câmpus para atualização e ampliação do acervo. Este valor será dividido em 70% (capital), para aquisição de obras impressas, e 30% (custeio), para aquisição de serviços como assinatura de publicações periódicas e acesso às obras digitais.

Art. 31 - As obras que fazem parte do PPC dos novos cursos deverão ser adquiridas com recursos específicos, haja vista, que a abertura de um novo curso demanda a aquisição de todos os títulos indicados como referências básica e complementar das disciplinas, no quantitativo indicado no Instrumento de Avaliação do INEP/MEC.

Parágrafo único: As obras serão adquiridas de acordo com os critérios estabelecidos nos capítulos VIII e IX.

Capítulo XV DAS REVISÕES

Art. 32 - Anualmente a política de desenvolvimento de coleções deverá ser revisada e, se necessário, atualizada, com a finalidade de garantir sua adequação à comunidade acadêmica, aos objetivos da biblioteca e aos da própria instituição. Contudo, o processo é dinâmico e flexível e sempre que se fizer necessário, admite adendos e adequação.